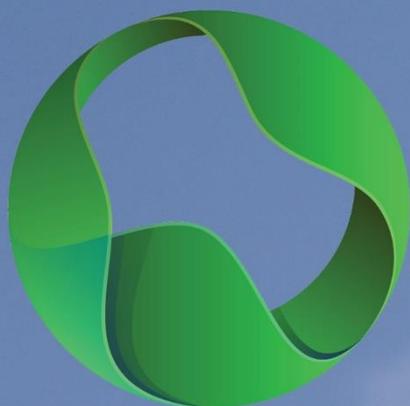


RECUPERAR PORTUGAL 2021-2026



PRR

Plano de Recuperação
e Resiliência

Plano preliminar

15 outubro 2020



REPÚBLICA
PORTUGUESA

ÍNDICE

PARTE 1 UM FUTURO PARA PORTUGAL	5
1.1 O contexto	6
1.2 O impulso europeu para a recuperação	7
1.3 O plano Português para a recuperação e resiliência	7
PARTE 2 OS ROTEIROS PARA A RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA	13
2.1 Nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo	14
2.2 Os roteiros para a resiliência	15
2.3 Os roteiros para a transição climática	29
2.4 Os roteiros para a transição digital	36
2.5 Investimentos que requerem clarificação relativamente a empréstimos	43
2.6 O alinhamento das reformas e investimentos do PRR com as Recomendações Específicas por País dirigidas a Portugal	43
PARTE 3 GOVERNAÇÃO E EXECUÇÃO	47
3.1 Modelo de governação	48
3.2 Modelo de implementação e reporte	49
PARTE 4 IMPACTO GLOBAL	51
4.1 Contexto e impacto macroeconómico	52
4.2 Dimensão climática, ambiental e digital	55
ANEXOS	
Anexo 1 Quadro de Investimentos por Componente	57
Anexo 2 Descrição dos Investimentos	63



PARTE 1

UM FUTURO PARA PORTUGAL

1.1. O contexto

A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2 constitui uma emergência de saúde pública, à qual foi necessário dar uma resposta imediata no plano sanitário. Assim, numa primeira fase o Governo viu-se obrigado a tomar um conjunto de medidas para travar o aumento exponencial de contágios, dotar o sistema de saúde dos meios necessários para garantir a capacidade de resposta e assegurar o fornecimento de bens e serviços essenciais ao funcionamento da economia.

As medidas adotadas para controlar a doença em Portugal e na generalidade dos países tiveram um impacto direto na quebra do consumo das famílias e na atividade das empresas, o que motivou, por sua vez, a adoção de um conjunto de medidas excecionais, nomeadamente de apoio à liquidez das empresas e à manutenção de postos de trabalho, evitando assim a destruição irreversível de empregos e de capacidade produtiva e limitando a perda de rendimentos das famílias.

Passado este primeiro impacto, em que Portugal logrou mitigar danos sociais e económicos permanentes, iniciou-se, no final do primeiro semestre, a fase de estabilização, plasmada no Programa de Estabilização Económica e Social (PEES) aprovado em junho de 2020 e num conjunto de aprimoramentos subsequentes, onde se adaptou a resposta inicial à evolução da situação pandémica, associada ao levantamento progressivo das restrições à atividade. O novo pacote de medidas de apoio aos trabalhadores, às famílias e às empresas pretende preparar a sociedade e as empresas para uma retoma mais sustentada da sua atividade, assegurando o suporte público necessário numa fase que é ainda de grande fragilidade.

O maior desafio que agora se coloca é a incerteza relativamente à evolução da pandemia. Mesmo num cenário de disponibilidade de uma vacina até ao final do ano de 2021, haverá que avaliar a respetiva eficácia e colocar no terreno um exigente plano de vacinação, até que o quadro de proteção ou imunidade seja considerado suficiente e estável para que todas as atividades económicas e sociais regressem ao pleno do seu funcionamento.

Não sendo um elemento facilitador, esta elevada incerteza não pode nem deve paralisar o país, pelo que este é o momento de preparar o caminho da recuperação. Às estratégias, planos e programas que o país tinha já em preparação, no âmbito dos normais exercícios orçamentais e da preparação do novo quadro financeiro plurianual europeu para 2021-2027, acresceram novos desafios decorrentes de fragilidades reveladas e agravadas pela pandemia da COVID-19. Impõe-se agora uma ação coordenada e complementar para dar resposta concertada a três grandes desafios: o do controlo e combate da pandemia; o da superação dos seus efeitos sociais e económicos, recuperando uma trajetória de crescimento sustentado; e, finalmente, o da construção de um futuro mais robusto, mais coeso e mais sustentável, capacitando o país para prosperar num contexto de mudança, adaptando-se às transições em curso, e garantindo a compatibilização de um processo de convergência externa com a coesão social e territorial, de forma a que ninguém seja deixado para trás.

1.2. O impulso europeu para a recuperação

Desde cedo, a União Europeia tomou consciência da severidade da crise pandémica e dos seus profundos efeitos nos diferentes Estados-Membros, razão pela qual foi imperativa uma resposta coletiva e concertada. Assim foi na articulação das respostas sanitárias, na gestão do fecho de fronteiras, na ação ao nível da política monetária por parte do Banco Central Europeu e na ativação de linhas europeias de apoio financeiro de curto prazo, o que promoveu a estabilidade num período em que o sentimento dominante era o receio e a incerteza.

O Conselho Europeu de julho refletiu bem a evidência da resposta europeia coletiva, tendo os Estados-Membros acordado em simultâneo o Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027 e o instrumento de recuperação europeu, designado *Next Generation EU*. Este último permitirá mobilizar um máximo de 750 mil milhões de euros orientados para a recuperação, através da emissão de dívida europeia, um mecanismo extraordinário que irá ser utilizado pela primeira vez na história da União e que demonstra o comprometimento dos Estados-Membros em garantir um futuro conjunto, baseado na prosperidade partilhada. De facto, este acordo será determinante para assegurar uma resposta dimensionada e atempada a uma crise sem precedentes e, em simultâneo, garantir a coesão do espaço europeu, mitigando os efeitos que decorreriam de uma capacidade de resposta assimétrica entre Estados-Membros.

A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do *Next Generation EU* permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 45 mil milhões de euros no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções. Esta oportunidade configura um desafio sem precedentes no nosso país, ao nível da programação, da compatibilização dos instrumentos e da execução.

Considerando apenas o Mecanismo Europeu de Recuperação e Resiliência, que financiará o Plano de Recuperação e Resiliência, Portugal acederá a uma dotação previsível de cerca de 14 mil milhões de euros em subvenções, a preços correntes, no período de 2021 a 2026. A estes fundos acrescem cerca de 15,7 mil milhões de euros na modalidade de empréstimos, cuja eventual utilização Portugal avaliará de forma criteriosa, em conjunto com as autoridades europeias.

1.3 O plano Português para a recuperação e resiliência

O propósito do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, disponível no âmbito do *Next Generation EU*, é apoiar a concretização de investimentos e reformas que capacitem as economias dos Estados-Membros, tornando-as mais resilientes e mais bem preparadas para o futuro.

O Plano de Recuperação e Resiliência nacional (PRR) orienta-se pelas estratégias e políticas nacionais, inserindo-se no quadro de resposta europeia e alinhando-se com a prioridade europeia conferida às transições climática e digital.

Um sólido quadro estratégico

O Plano de Recuperação e Resiliência beneficia da “Visão estratégica para o plano de recuperação económica de Portugal 2020-2030” desenvolvida pelo Professor António Costa Silva por solicitação do Governo português e que foi objeto de um amplo debate nacional, incluindo através de um participado processo de consulta pública com mais de 1100 contributos, tendo merecido um vasto consenso no que respeita à globalidade das prioridades elencadas.

Nesse documento são identificadas as opções estratégicas que devem traduzir-se em medidas que possam promover a alteração dos constrangimentos estruturais que inibem e limitam o desenvolvimento económico do país.

Respostas aos Constrangimentos Estruturais

Colocar as empresas no centro da recuperação da economia, transformando-as no motor real do crescimento e da criação de riqueza

Criar condições para a diversificação da economia, tornando-a mais resiliente, estimulando a reorganização das cadeias logísticas e de produção, alinhando os clusters industriais do país com o conceito de “autonomia estratégica” da Europa

Diversificar a economia em articulação com a alteração do perfil de especialização do sistema produtivo nacional

Responder às limitações estruturais com investimento forte na ciência, investigação e no desenvolvimento tecnológico, na educação e formação, na qualidade da gestão e nas infraestruturas

Contrariar as limitações do mercado interno, resolvendo o problema da fraca dimensão das empresas e definindo mecanismos de consolidação e concentração de empresas

Enfrentar o envelhecimento da população portuguesa

Criar condições para construir uma economia inclusiva e aberta que funcione a favor da maioria das pessoas

Apoiar a tesouraria das empresas viáveis economicamente

Apostar num Estado com mais qualidade, promovendo as suas competências digitais e melhorando toda a interação com os cidadãos e as empresas

Fazer face à diminuição forte do investimento e à destruição de capital provocado pela crise

Aumentar a eficácia dos reguladores

Combater a lentidão da justiça fiscal e dos processos de licenciamento

Mudança Estrutural

- Alteração dos hábitos de consumo
- Mobilidade de pessoas e mercadorias
- Tecnologias digitais
- Recursos endógenos e valor do produto português
- Bens diversificados e diferenciados
- Dinâmica da procura interna

Dinâmica de procura nos mercados de produtos



- Atividade turística na dinâmica económica global
- Encurtamento e integração das cadeias de conceção, produção e distribuição
- Capacidade técnica e tecnológica

Mudanças na procura de serviços e alterações na base económica associada



- Redução parcial do movimento de globalização
- Valor da integração de tecnologia e conhecimento
- Exploração do mercado interno
- Economias de escala e de diversidade

Alterações nas cadeias de valor, integração de conhecimento nos produtos e escala



Constrangimentos Estruturais e Oportunidades

Fonte: “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”, António Costa Silva, Lisboa, 21.jul.2020.

Com vista a consolidar esta reflexão estratégica, o Governo ouviu os diferentes Partidos com assento parlamentar, o Conselho Económico e Social – onde têm assento diferentes representantes da sociedade civil, entre os quais os parceiros sociais -, o Conselho de Coordenação Territorial, órgão de consulta do poder local, bem como Empresários de diferentes setores e Economistas das mais reconhecidas universidades portuguesas. Foi ainda realizado um debate parlamentar dedicado ao Plano de Recuperação e Resiliência.

Desse processo resulta um enquadramento estratégico em que os futuros possíveis de Portugal, tendo presente o seu posicionamento geoestratégico, refletem a forte ligação do país ao Atlântico, à Europa e a África, e as suas capacidades de diplomacia e posicionamento de cooperação e parceria a nível global, a importância de se estar conectado globalmente (redes energéticas, redes de transportes, plataformas logísticas, redes de conhecimento e tecnologia, redes comerciais, etc.), de se proteger e potenciar os ecossistemas e recursos (nomeadamente,

a Zona Económica Exclusiva, fontes renováveis de energia), e de se potenciar a capacidade de industrialização (setores tradicionais e setores emergentes) e de competências dos recursos humanos, reforçando a inovação e a criatividade, o empreendedorismo e novos modelos de negócio, a educação e os valores culturais.

Portugal está confrontado com a necessidade de responder a um conjunto de novos desafios e tendências de transformação das economias e sociedades, nomeadamente o desafio demográfico, das desigualdades, da digitalização e das alterações climáticas. Para além destes novos objetivos, importa manter os esforços para continuar a combater problemas estruturais antigos e ainda não resolvidos, como são os casos da qualificação dos portugueses, das múltiplas desigualdades e do desenvolvimento equilibrado do território. Por outro lado, a recente pandemia teve um impacto fortíssimo e veio igualmente revelar ou acentuar um conjunto de fragilidades e de desafios, à escala nacional e global, a que urge dar resposta. Neste processo de fazer face aos bloqueios estruturais e aos novos desafios, importa reforçar a resiliência da economia e sociedade portuguesas a choques como o provocado pelo COVID-19, evitando, desde logo, que algumas consequências imediatas enfraqueçam os pilares fundamentais dos nossos sistemas sociais, económicos e políticos.

Sem prejuízo das respostas imediatas de emergência e de estabilização ao contexto sanitário e económico, no médio e longo prazo as atenções centram-se nos aspetos com natureza mais estrutural ou que reclamam uma abordagem de recuperação e reforço da resiliência dos sistemas económicos, sociais, territoriais e institucionais.

As políticas estruturais têm de ter assim uma ambição renovada, que promova a dupla transição – climática e digital – e, ao mesmo tempo, reforce a resiliência, a coesão e a competitividade da nossa economia, sociedade e território, e responda ao desafio demográfico, visando garantir a transformação estrutural necessária e a convergência dos níveis de vida dos cidadãos portugueses com os níveis médios verificados na União Europeia.

Os resultados consolidados do exercício estratégico foram avaliados e incorporados na Estratégia nacional, enriquecendo-a nas suas várias vertentes, que se encontram agora estruturadas no PRR em três dimensões: a resiliência, a transição climática e a transição digital.

Resiliência

Transição Climática

Transição Digital

Três dimensões estruturantes do PRR

O reforço da resiliência económica, social e territorial do país assume particular relevância enquanto resposta de primeira linha na transição entre a estabilização económica e social face aos efeitos da crise pandémica e a recuperação necessária para que a economia e sociedade portuguesas estejam mais bem preparadas para choques futuros, independentemente da sua natureza. O carácter tempestivo das medidas propostas para reforçar a resiliência do país é essencial para estancar os efeitos da crise, mas também para preparar o caminho para a

construção de uma economia mais competitiva, mais coesa e mais inclusiva, com maior capacidade de aproveitar as oportunidades decorrentes das transições climática e digital.

A promoção da transição climática inscreve-se no quadro do *European Green Deal* e resulta do esforço e disponibilidade nacionais para contribuir para as metas climáticas que permitirão o alcance da neutralidade climática até 2050. A descarbonização da economia e da sociedade oferece também oportunidades importantes e prepara o país para realidades que configurarão os fatores de competitividade num futuro próximo.

Finalmente, a pandemia que ainda vivemos demonstrou a necessidade de dispor de estruturas digitais eficazes que permitam desmaterializar as aprendizagens, as transações e os processos e, quando adequado, possibilitar o trabalho remoto, acelerando, de forma inclusiva, a transformação digital que estava em curso e permitindo também importantes ganhos estruturais de eficiência. Assim, o PRR aposta fortemente na digitalização da economia, da sociedade e da administração pública, de forma a garantir um quadro de preparação das estruturas produtivas que contribua para um país mais competitivo, reduzindo nomeadamente custos de contexto.

A complementaridade dos instrumentos

O PRR, além de assegurar a necessária resposta conjuntural aos efeitos da crise pandémica, assume-se como um instrumento de transformação estrutural, alinhado com os princípios da Estratégia Portugal 2030, e com os diferentes eixos da Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 do documento do Professor Costa Silva.

É parte integrante de um Plano coerente para recuperar o país e lançar as bases para uma economia de futuro, onde também se enquadram o Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027, os outros fundos do *Next Generation EU*, como o REACT EU ou o *Just Transition Fund*, outros mecanismos europeus como o SURE, os diferentes programas de financiamento europeus de gestão centralizada (como por exemplo o Horizonte Europa, o *Connecting Europe Facility*, ou os financiamentos do BEI/FEI.), os exercícios orçamentais nacionais anuais e os investimentos privados estruturantes.

No que respeita ao Acordo de Parceria 2021-2027, que está a ser objeto de preparação simultânea pelas autoridades nacionais, o mesmo integrará Programas Operacionais de natureza temática e Programas Operacionais Regionais para as 5 NUTS II do Continente, bem como para as duas Regiões Autónomas (Açores e Madeira).

No que concerne à associação do PRR ao Plano Nacional Energia e Clima (PNEC) – enquanto documento fundamental que assegura a coerência entre políticas nas áreas da energia e clima para a concretização das metas no horizonte 2030, em articulação com o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 –, privilegia-se uma relação entre a dimensão Transição Climática do PRR e os objetivos do PNEC.

Por fim, importa referir que decorre ainda até 2023 a execução do Acordo de Parceria Portugal 2020, para o período 2014-2020 e que está em vias de ser reforçado com recursos vindo do REACT-EU, criado no quadro do instrumento de recuperação europeu *Next Generation EU*, pelo que são vários os instrumentos financeiros que se articulam e complementam.



Os instrumentos financeiros disponíveis no período 2020-2029

Um ambicioso ímpeto reformista

A ancoragem dos investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência numa estratégia sólida e de longo-prazo é a garantia de que os mesmos se articulam, de forma racional e sem sobreposições, e se organizam em torno de objetivos de resiliência e de transição climática e digital.

São conhecidos casos em que os investimentos foram concluídos, mas que não geraram a transformação esperada, frequentemente porque os contextos legal, regulatório ou institucional se revelaram obstáculos à sua utilização plena. As políticas públicas carecem de reformas que enquadrem os investimentos e, no caso do PRR, o ímpeto reformista é uma peça crítica do respetivo sucesso.

Assim, foram identificadas 31 reformas estruturais que criam contexto ao volume de investimento previsto, das quais 16 se desenvolvem no domínio da resiliência, 5 no domínio da transição climática e 10 no domínio da transição digital.

A definição das reformas e investimentos plasmados no PRR refletem a coerência destas propostas com o ciclo de governação das políticas económicas europeias. A análise cruzada entre as recomendações específicas dirigidas a Portugal (REP) e o quadro das políticas públicas do presente PRR, apresentado no ponto 2.6, revela que este contribui para endereçar todas as

REP dos ciclos de 2019 e 2020 e, ainda, que todos as componentes do PRR contribuem para as orientações políticas horizontais formuladas no âmbito do Semestre Europeu.

Portugal pretende, assim, garantir que o quadro global de intervenções permitirá acelerar de forma decisiva a transformação da economia portuguesa, com vista a promover o salto qualitativo que ambicionamos, e colocando-nos, definitivamente, numa rota de convergência real com os nossos parceiros da União Europeia.



PARTE 2

OS ROTEIROS PARA A RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA

2.1 Nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo

O Plano de Recuperação e Resiliência estrutura-se em três dimensões – **a resiliência, a transição climática e a transição digital** -, que por sua vez se desenvolvem em nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo.

Sob o desígnio da **resiliência**, pretende-se estimular uma retoma consequente, inclusiva e duradoura face a um severo choque exógeno, com bases robustas que preparem o país para choques futuros. Para o efeito, as opções nacionais focam-se em três prioridades, traduzidas nos seguintes roteiros: a redução das vulnerabilidades sociais; o reforço do potencial produtivo nacional e das condições para a retenção e criação de emprego; e a ambição de assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso.

Pese embora o forte impacto sentido nestas áreas durante as primeiras fases do desafio pandémico, as mesmas correspondem a desafios persistentes, cuja resposta proposta no PRR contribui para ultrapassar alguns dos constrangimentos estruturais ao desenvolvimento do país.

O reconhecimento de que o processo de alterações climáticas é factual, incontornável e fortemente impactante tem gerado uma onda de mobilização em torno da necessidade inadiável de compromissos e ações consequentes que lhe deem resposta. A ação climática desenvolve-se nas dimensões da mitigação, que visa reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (GEE) para a atmosfera, e da adaptação, que procura minimizar os efeitos – atuais e futuros – das alterações climáticas. Na dimensão de **transição climática** do PRR tomou-se a opção de atuar principalmente na mitigação, sendo que a adaptação é objeto de reformas e investimentos no âmbito de outros instrumentos.

Na linha dos princípios do Pacto Ecológico Europeu e da Lei do Clima proposta pela Comissão Europeia, Portugal assumiu o compromisso da neutralidade carbónica até 2050 e concretizou o quadro de ação para atingir esse objetivo no seu Plano Nacional de Energia Clima 2030. No âmbito deste Plano, e para assegurar um caminho que proporcione a criação de mais riqueza com menos emissões e com menor consumo de energia, as opções nacionais assentam em três prioridades traduzidas nos seguintes roteiros: a mobilidade sustentável; a descarbonização da indústria e a bioeconomia; e a eficiência energética e fontes renováveis de energia.

Na era da quarta revolução industrial, caracterizada pela digitalização exponencial da sociedade e da economia, a **transição digital** assume também inegável importância enquanto um dos instrumentos essenciais da estratégia de desenvolvimento do país, em linha com as orientações da Comissão na Comunicação sobre a Construção do Futuro Digital da Europa (COM(2020) 67 final, de 19 de fevereiro), do Pacto Ecológico Europeu e com os investimentos da União Europeia no período de programação 2021-2027.

Neste contexto, e considerando que, apesar dos esforços desenvolvidos, existem constrangimentos a ultrapassar, designadamente quanto à capacitação para a digitalização, e

para assegurar que Portugal acelera a transição para uma economia e sociedade mais digitalizadas, no âmbito deste Plano as opções nacionais assentam em três prioridades, traduzidas nos seguintes roteiros: a digitalização da escola; a digitalização das empresas; e a digitalização da administração pública.



Nove roteiros para a retoma do crescimento sustentável e inclusivo

2.2 Os roteiros para a resiliência

A dimensão da Resiliência prevê três roteiros – vulnerabilidades sociais; potencial produtivo e emprego; competitividade e coesão territorial – os quais se estruturam em 9 componentes, a saber:

- No quadro do roteiro das vulnerabilidades sociais - Serviço Nacional de Saúde (SNS); Habitação; Respostas Sociais; Programa de Eliminação de Bolsas de Pobreza;
- No âmbito do roteiro do potencial produtivo e emprego - Investimento e Inovação; Qualificações e Competências;
- No quadro do roteiro da competitividade e coesão territorial – Infraestruturas; Floresta; e Gestão Hídrica.

Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 16 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, e que se passam a descrever.

RE-1 - Reforma dos Cuidados de Saúde Primários, em implementação, decorre da Lei de Bases da Saúde e visa garantir a estreita articulação entre os vários níveis de cuidados de saúde, por forma a garantir o melhor acesso, circulação de pessoas e da informação da saúde, revelando-se como um fator chave de modernização e pilar de sustentação de todo o sistema de saúde, bem como é responsável pela promoção da saúde junto da população.

RE-2 - Reforma para a Saúde Mental, estreitamente associada ao Plano Nacional de Saúde Mental, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2008, de 6 de março, e à implementação da Estratégia para as Demências, tem como aspeto central responder à reorganização dos serviços de saúde mental, garantindo aos cidadãos o acesso ao cuidado especializado com maior expressão e proximidade.

RE-3 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1º Direito), que visa dar resposta às famílias que vivem em situação de grave carência habitacional, de acordo com o Levantamento Nacional das Necessidades de Realojamento Habitacional efetuado em 2018.

RE-4 - Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário, que visa enquadrar e definir o investimento a realizar para a constituição da bolsa nacional de alojamento urgente e temporário, a qual dará resposta a necessidades de pessoas refugiadas, imigrantes em habitações indignas, agregados familiares nómadas, vítimas de violência doméstica e tráfico de seres humanos, bem como casos de forças de segurança que exercem as suas funções em regime de destacamento.

RE-5 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais, que visa a expansão da rede de forma a aumentar a cobertura populacional e territorial das respostas em matéria de envelhecimento e infância (lares de idosos e creches) e, em simultâneo, a respetiva adaptação estrutural com vista a uma maior resiliência a choques.

RE-6 - Abordagem Integrada de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas, que visa o desenvolvimento de respostas integradas e coerentes que atuem sobre as múltiplas vulnerabilidades de núcleos residenciais das áreas metropolitanas, endereçando articuladamente os temas do insucesso escolar, das qualificações, da segmentação do mercado de trabalho, das condições de alojamento, do acesso a equipamentos e serviços sociais, da qualidade do espaço público e da valorização cívica e cultural.

RE-7 - Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização, um programa que visa a identificação e apoio de um número limitado de alianças de desenvolvimento industrial e tecnológico, de dimensão relevante, constituídas por consórcios de empresas, entidades do sistema científico e tecnológico, instituições de ensino superior e outras, em áreas estratégicas para acelerar a transformação estrutural da economia portuguesa.

RE-8 - Criação e desenvolvimento do Banco Português de Fomento, uma instituição financeira pública que visa colmatar falhas de mercado na promoção da capitalização de empresas não-financeiras, disponibilizando igualmente financiamento de médio-longo prazo a projetos que contribuam para a neutralidade carbónica e ou que invistam na economia circular.

RE-9 - Modernização do Ensino e Formação Profissional, através da melhoria da oferta formativa, adequada às necessidades dos territórios, do apetrechamento tecnológico dos estabelecimentos de ensino profissional, do incentivo e apoio aos jovens das vias profissionalizantes e aos adultos para a prossecução dos estudos, promovendo igualmente uma articulação robusta com o ensino superior politécnico e universitário.

RE-10 - Roteiro para a Redução das Restrições nas Profissões Altamente Reguladas, que visa promover uma mais célere entrada no mercado de trabalho por parte de graduados, reduzindo o peso regulatório e administrativo imposto aos profissionais e às empresas.

RE-11 - Agenda de Promoção do Trabalho Digno, que visa o combate à precariedade, a promoção da negociação coletiva, as políticas ativas de emprego, a formação e qualificação e a defesa dos rendimentos. Visa igualmente preparar o futuro do trabalho, com especial atenção ao trabalho desenvolvido em plataformas digitais e ao teletrabalho.

RE-12 - Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis, assente em abordagens integradas e territorializadas, que estão desenvolvidas no Programa de Transformação da Paisagem, aprovado através da RCM 49/2020, de 24 de junho. Este Plano integra o programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem, a medida Áreas Integradas de Gestão da Paisagem, a medida Condomínio de Aldeia e o programa Emparcelar para Ordenar.

RE-13 - Reorganização do Sistema de Cadastro da Propriedade Rústica e do Sistema de Monitorização do Uso e Ocupação do Solo, que visa ultrapassar a ausência de cadastro predial multifuncional de cobertura universal do território nacional, uma ferramenta crítica para a gestão do território e para o apoio na prevenção dos incêndios rurais.

RE-14 - Reforma da Prevenção e Combate aos Fogos Rurais, iniciada em 2017, que inclui a implementação de uma rede primária de faixas de gestão de combustível e o apetrechamento das entidades responsáveis com meios e recursos que incluem maquinaria, equipamentos e meios aéreos de combate aos fogos.

RE-15 - Gestão Hídrica para o Armazenamento e Reutilização de Água, que visa dar resposta aos cenários climáticos que apontam para uma evolução negativa da precipitação no território português a sul do rio Tejo, pelo que se revela fundamental promover a manutenção da disponibilidade de água, a qualidade de serviço e a diminuição da pressão sobre as massas de água, diminuindo as vulnerabilidades dos ecossistemas.

RE-16 – Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos, o que garantirá maior eficiência na gestão de recursos, equipamentos e processos.

No que se refere aos investimentos em que se concretizam as 9 componentes da dimensão da resiliência, os mesmos são compostos por 39 tipologias de investimentos (dos quais 28 se localizam no Continente e 11 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), num investimento total de 8.198 milhões de euros (dos quais 7.449 milhões no Continente e 749 milhões nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).

RESILIÊNCIA	Vulnerabilidades Sociais	Potencial Produtivo e Emprego	Competitividade e Coesão Territorial
	3.504 M€	2.755 M€	1.939 M€

De seguida, são descritas, com maior detalhe as Componentes, organizadas por Roteiros, incluindo a lista dos investimentos e respetivos valores.

Vulnerabilidades sociais

Vulnerabilidades Sociais			3 504
Cod- Componente	C1	Serviço Nacional de Saúde	1 038
Cod-Inv	RE-VS-C1-i1	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	463
	RE-VS-C1-i2	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	205
	RE-VS-C1-i3	Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído na rede hospitalar)	85
	RE-VS-C1-i4	Equipamento Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	196
	RE-VS-C1-i5-RAM	Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM	89
Cod- Componente	C2	Habitação	1 633
Cod-Inv	RE-VS-C2-i1	Reestruturar o parque de habitação social	1 251
	RE-VS-C2-i2	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (inc. Autónoma e Mais Habitação)	186
	RE-VS-C2-i3-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira	136
	RE-VS-C2-i4-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA	60
Cod- Componente	C3	Respostas Sociais	583
Cod-Inv	RE-VS-C3-i1	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para o Envelhecimento e a Infância	420
	RE-VS-C3-i2	Acessibilidades 360º	45
	RE-VS-C3-i3-RAM	Fortalecimento das Respostas Sociais na RAM	83
	RE-VS-C3-i4-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio	35
Cod- Componente	C4	Operações em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250
Cod-Inv	RE-VS-C4-i1	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250

Potencial produtivo e emprego

Potencial Produtivo e Emprego			2 755
Cod- Componente	C5	Investimento e Inovação	1 386
Cod-Inv	RE-PP-C5-i1	Agendas mobilizadoras de reindustrialização	930
	RE-PP-C5-i2	Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para tecido produtivo	186
	RE-PP-C5-i3	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agric., alim. e agroind.	93
	RE-PP-C5-i4-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32
	RE-PP-C5-i5-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	115
	RE-PP-C5-i6-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30
Cod- Componente	C6	Qualificações e Competências	1 369
Cod-Inv	RE-PP-C6-i1	Modernização do ensino profissional	710
	RE-PP-C6-i2	Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial	360
	RE-PP-C6-i3	Impulso Jovem STEAM	140
	RE-PP-C6-i4	Impulso Adultos	120
	RE-PP-C6-i5-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida	29
	RE-PP-C6-i6-RAA	Capacitação Empresarial	10

Competitividade e coesão territorial

Competitividade e Coesão Territorial			1 939
Cod- Componente	C7	Infraestruturas	833
Cod-Inv	RE-CCT-C7-i1	Rede ALE interior	300
	RE-CCT-C7-i2	Missing links	254
	RE-CCT-C7-i3	Ligações transfronteiriças	110
	RE-CCT-C7-i4	Aumento capacidade rede viária estruturante	109
	RE-CCT-C7-i5-RAA	Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	60
Cod- Componente	C8	Florestas	665
Cod-Inv	RE-CCT-C8-i1	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	270
	RE-CCT-C8-i2	Faixas gestão combustível - rede primária	166
	RE-CCT-C8-i3	Meios de combate a incêndios rurais	93
	RE-CCT-C8-i4	Cadastro do território	96
	RE-CCT-C8-i5	Programa MAIs Floresta	40
Cod- Componente	C9	Gestão Hídrica	441
Cod-Inv	RE-CCT-C9-i1	Plano eficiência hídrica do Algarve	200
	RE-CCT-C9-i2	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (Barragem do Pisão)	171
	RE-CCT-C9-i3-RAM	Aumento do armazenamento de água numa lógica de Fins Múltiplos	70

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C1 – Serviço Nacional de Saúde

Área de política (Roteiro): Vulnerabilidades Sociais

Descrição:

A promoção da saúde é um elemento decisivo para a criação de condições de desenvolvimento sustentado, no médio e longo prazo, e um fator determinante na coesão social e no crescimento económico inclusivo e inteligente. Portugal, à semelhança de outros países da Europa, tem enfrentado transformações demográficas, caracterizadas pelo aumento da longevidade e da população idosa, que, em conjunto com outros fatores, têm vindo a colocar desafios ao Serviço Nacional de Saúde (SNS).

Os cuidados de saúde primários (CSP) são a base do sistema de saúde e um importante instrumento de melhoria da equidade entre os cidadãos e, conseqüentemente, da sua resiliência, pelo que se pretende garantir a melhoria dos cuidados de proximidade existentes, considerando o envelhecimento da população, a cronicidade e as alterações epidemiológicas, através de uma rede territorialmente equilibrada e reforçada de equipamentos, meios complementares de diagnóstico e terapêutica (MCDT), capacidade de rastreio e de intervenção comunitária/domiciliária. A intervenção deverá ser melhorada ao nível do alargamento das redes nacionais de cuidados integrados e paliativos e da construção de novas unidades.

No caso da região de saúde de Lisboa e Vale do Tejo, a reorganização e redimensionamento da oferta hospitalar proporcionará um melhor acesso de cuidados de saúde de qualidade a uma parte significativa da população da sua área de abrangência, contribuindo para a diminuição das desigualdades no acesso a cuidados de saúde diferenciados, de qualidade e em proximidade.

A Saúde Mental é uma componente fundamental do bem-estar dos indivíduos e as perturbações mentais são, de entre as doenças crónicas, a primeira causa de incapacidade em Portugal, justificando cerca de um terço dos anos de vida saudáveis perdidos. Pretende-se assim reforçar a capacidade nacional de resposta através do aumento do número de unidades de internamento em Hospitais Gerais, criação de novas equipas comunitárias na área da saúde mental e incremento da cobertura de Agrupamentos de Centros de Saúde com estruturas de resposta a demências, entre outras medidas estruturantes.

A presente Componente prevê igualmente o investimento no fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da Região Autónoma da Madeira.

Reformas relevantes:

RE-1 – Reforma dos cuidados de saúde primários

RE-2 – Reforma para a saúde mental

RE-16 – Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-VS-C1-i1	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	463
RE-VS-C1-i2	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	205
RE-VS-C1-i3	Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído na rede hospitalar)	85
RE-VS-C1-i4	Equipamento Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	196
RE-VS-C1-i5-RAM	Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM	89

Custo estimado: 1.038 milhões de EUR

Subvenções MRR: 1.038 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 0 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 0 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C2 – Habitação

Área de política (Roteiro): Vulnerabilidades Sociais

Descrição:

Em Portugal, o parque habitacional público representa apenas 2% da oferta global de habitação, destinando-se exclusivamente a satisfazer públicos mais vulneráveis. Ao longo da última década verificou-se um aumento do número de pessoas por verem reduzido o seu rendimento disponível ou por outras fontes de precariedade – refugiados, imigrantes, etc. – se viram remetidos para situações de carência habitacional grave.

Por essa razão, o governo português realizou, em 2018, o Levantamento Nacional das Necessidades de Habitação, que permitiu identificar 25.762 famílias em situação de habitação claramente insatisfatória, distribuídas por 187 municípios.

A estes casos, acrescem as situações urgentes e temporárias causadas por eventos vários, que exigem respostas imediatas e ajustadas, como é o caso de imigrantes que prestam trabalho temporário e têm dificuldade em aceder a alojamento com um mínimo de dignidade.

Esta componente do Plano de Recuperação e Resiliência visa justamente relançar a política de habitação social tanto em Portugal Continental, como nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, reforçando o parque habitacional público dando resposta a situações claras de precariedade habitacional.

Reformas relevantes:

RE-3 – Programa de apoio ao acesso à habitação (1.º Direito)

RE-4 – Plano nacional de alojamento urgente e temporário

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-VS-C2-i1	Reestruturar o parque de habitação social	1 251
RE-VS-C2-i2	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (inc. Autónoma e Mais Habitação)	186
RE-VS-C2-i3-RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira	136
RE-VS-C2-i4-RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA	60

Custo estimado: 1.633 milhões de EUR

Subvenções MRR: 1.633 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 588 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 235 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C3 – Respostas Sociais

Área de política (Roteiro): Vulnerabilidades Sociais

Descrição:

As tendências em termos de envelhecimento populacional, prolongamento da esperança média de vida e redução da natalidade, colocam desafios aos quais importa responder por via do reforço das redes de apoio social aos idosos, crianças e famílias, designadamente através de investimentos a realizar na implementação da Nova Geração de Respostas Sociais.

Estas respostas sociais, essencialmente dirigidas às crianças, idosos, pessoas com deficiência ou incapacidade e famílias, com vista a promover a natalidade, a conciliação entre a atividade profissional e a vida pessoal e familiar, do envelhecimento ativo e saudável e da inclusão, pretendem sobretudo as seguintes concretizações:

- Requalificar e alargar a rede de equipamentos e respostas sociais visando, entre outros, a adaptação das estruturas ao atual contexto sanitário e de transição digital, aumentando a cobertura da população e do território;
- Desenvolver soluções de proximidade e inovadoras para melhor responder às necessidades, promovendo-se a autonomia, prevenindo a dependência e retardando a institucionalização, garantindo ainda formas diferenciadas de prestação de cuidados no contexto sanitário atual;
- Garantir condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou incapacidade aos diversos domínios da vida em sociedade.

As Regiões Autónomas serão objeto de apoio para fortalecimento das respostas sociais, no caso da Região Autónoma da Madeira, e apoio á implementação da Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social na Região Autónoma dos Açores.

Reformas relevantes:

RE-5 – Nova geração de equipamentos e respostas sociais

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-VS-C3-i1	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para o Envelhecimento e a Infância	420
RE-VS-C3-i2	Acessibilidades 360º	45
RE-VS-C3-i3-RAM	Fortalecimento das Respostas Sociais na RAM	83
RE-VS-C3-i4-RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social	35

Custo estimado: 583 milhões de EUR

Subvenções MRR: 583 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 118 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 47 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C4 – Eliminação das Bolsas de Pobreza em Áreas Metropolitanas

Área de política (Roteiro): Vulnerabilidades Sociais

Descrição:

Nas áreas metropolitanas, por norma territórios de grande dinâmica económica e desenvolvimento social, subsistem bolsas de pobreza e exclusão social que fraturam a nossa sociedade e centralizam vulnerabilidades e fragilidades que assim tendem a perdurar. É precisamente nestes núcleos que se entrecruzam os indicadores de vulnerabilidade como elevada densidade populacional, baixos rendimentos, baixas qualificações e habitações sobrelotadas, conjugados muitas vezes com vínculos precários e intensidade laboral reduzida.

Assim, torna-se imperioso a criação de programas integrados de atuação sobre esta realidade. Muitos programas setoriais acabam por ficar aquém do seu potencial porque, sendo iniciativas sectoriais, carecem de articulação e descaram o carácter indutivo de patologias sociais. Esta componente visa então endereçar e ultrapassar bloqueios sociais, atuando, de forma integrada, nas seguintes dimensões do problema:

- Elevados níveis de insucesso escolar;
- Baixas qualificações e especialização da população adulta;
- Segmentação do Mercado de Trabalho;
- Escassez de equipamentos de suporte à atratividade residencial;
- Condições de habitação indigna ou sobrelotação das habitações;
- Regeneração do espaço urbano e reforço de equipamentos urbanos;
- Capacitação de organizações locais que potenciem uma valorização cultural das comunidades e o seu envolvimento cívico.

Reformas relevantes:

RE-6 - Abordagem Integrada de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-VS-C4-i1	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250
-------------	---	-----

Custo estimado: 250 milhões de EUR

Subvenções MRR: 250 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 0 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 0 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C5 – Investimento e Inovação

Área de política (Roteiro): Potencial Produtivo e Emprego

Descrição:

A indústria europeia tem vindo a perder relevância, em diversos setores estratégicos, tendo o movimento de desindustrialização sido particularmente sentido em Portugal, sendo a inversão deste processo revela-se prioritária para alavancar o potencial de crescimento da economia portuguesa, contribuir para o pacto verde europeu e garantir uma melhoria sustentável do nível de vida da população.

Esta componente pretende aumentar a competitividade e a resiliência da economia portuguesa com base na I&D, na inovação e na diversificação e especialização da estrutura produtiva, explorando o potencial efetivo de afirmação competitiva das fileiras industriais estabelecidas e das áreas emergentes, contribuindo também para a transição digital e energética e que permitam:

- A evolução da estrutura produtiva diversificada para produtos (mais) complexos através de novas combinações de capacidades e competências que promovam ecossistemas inovadores suportadas em alianças de desenvolvimento industrial e tecnológico;
- Reforçar e capacitar o Sistema Científico e Tecnológico nacional e fomentar a sua articulação com a indústria, assegurando uma eficaz transferência de tecnologia e a valorização económica do conhecimento;
- Promover o crescimento do setor agroalimentar, de forma sustentável e resiliente, baseado no conhecimento e na inovação, respondendo aos desafios do mercado através de uma agricultura mais competitiva, inclusiva, igualitária e integrada, potenciando a atração de mais jovens para os territórios rurais;
- Apoiar o desenvolvimento da comunidade empresarial portuguesa, colmatando as falhas de mercado no acesso ao financiamento das empresas, com enfoque particular nas pequenas e médias empresas e em projetos de neutralidade carbónica e de economia circular.

Esta Componente pretende ainda apoiar, na Região Autónoma dos Açores, um conjunto de investimentos na área do cluster do Mar, da recapitalização do sistema empresarial e da agricultura.

Reformas relevantes:

RE-7 – Agendas mobilizadoras para a reindustrialização

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-PP-C5-i1	Agendas mobilizadoras de reindustrialização	930
RE-PP-C5-i2	Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para tecido produtivo	186
RE-PP-C5-i3	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	93
RE-PP-C5-i4-RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32
RE-PP-C5-i5-RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	115
RE-PP-C5-i6-RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30

Custo estimado: 1.386 milhões de EUR

Subvenções MRR: 1.386 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 620 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 272 milhões de EUR

Dimensão digital: 818 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C6 – Qualificações e Competências

Área de política (Roteiro): Potencial Produtivo e Emprego

Descrição:

Considerando que cerca de metade da população ativa portuguesa se caracteriza por baixos níveis de qualificação, (26% a nível europeu), constituindo um entrave ao crescimento da economia do país e a uma efetiva convergência europeia, o principal objetivo desta Componente é aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo português, para combater as desigualdades sociais e aumentar a resiliência do emprego (em situações de crise económica, em particular), sobretudo dos jovens e dos adultos com baixas habilitações. Esta Componente pretende assim:

- Modernizar o ensino e formação profissional, dar-lhe credibilidade e qualidade, fortalecendo uma conceção integrada de ofertas e de atualização de competências através de um investimento de larga escala para a capacitação das gerações jovens face às exigências atuais da prática profissional decorrentes da transição digital e energética da economia;
- Desenvolver as competências para a inovação e renovação industrial através de uma série de investimentos no ensino profissional nas áreas de renovação industrial em articulação com o mundo empresarial e promovendo a reconversão das competências de adultos;
- Promover uma recuperação assente nas pessoas e na modernização da economia, através do ensino-aprendizagem em áreas STEAM (ciência, tecnologia, engenharia, artes e matemática), atraindo mais jovens para o ensino superior, em particular os jovens das vias profissionalizantes;
- Alargar a rede de promotores de educação de adultos, em todo o território nacional, em articulação com os Centros Qualifica e promover processos de escolarização, garantindo níveis básicos de literacia e de inclusão social, através da criação de uma oferta adequada de educação e formação alinhada com o Plano Nacional de Literacia de Adultos.

Na Região Autónoma dos Açores será garantido investimento para a qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida, assim como para a capacitação empresarial, o que trará benefícios para a economia local e o desenvolvimento dos recursos humanos.

Reformas relevantes:

RE-9 – Modernização do ensino e formação profissional

RE-10 – Roteiro para a redução das restrições nas profissões altamente reguladas

RE-11 – Agenda de promoção do trabalho digno

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-PP-C6-i1	Modernização do ensino e formação profissional	710
RE-PP-C6-i2	Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial	360
RE-PP-C6-i3	Impulso Jovem STEAM	140
RE-PP-C6-i4	Impulso Adultos	120
RE-PP-C6-i5-RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida	29
RE-PP-C5-i6-RAA	Capacitação Empresarial	10

Custo estimado: 1.369 milhões de EUR

Subvenções MRR: 1.369 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 92 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 37 milhões de EUR

Dimensão digital: 532 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C7 – Infraestruturas

Área de política (Roteiro): Competitividade e Coesão Territorial

Descrição:

Os instrumentos de planeamento de referência a nível nacional, como o Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), reconhecem uma tendência de desertificação dos territórios do interior e concentração populacional em torno das áreas metropolitanas e no litoral, dando origem a assimetrias regionais e a um modelo de desenvolvimento territorial desequilibrado. Assim, importa encontrar mecanismos de mitigação que permitam reforçar acessibilidades ou capacidade viária em zonas que enfrentam estrangulamentos limitadores da competitividade dos territórios.

Esta componente visa, sobretudo, intervenções na rede rodoviária nacional, por forma a:

- Reforçar as acessibilidades, designadamente em torno das áreas de localização empresarial e transfronteiriças, redução do congestionamento e aumento da segurança rodoviária;
- Promover a competitividade socioeconómica das regiões, em especial do interior e transfronteiriças, reforçando assim a coesão territorial, designadamente através da intervenção em itinerários com descontinuidades ou malhas de rede por fechar;
- Contribuir para os objetivos de transição verde e digital, incorporando essas dimensões nas intervenções a realizar;
- Potenciar a competitividade económica e a recuperação da economia nacional pela requalificação de área de localização empresarial.

Igualmente a Rede Viária Regional dos Açores será apoiada pelo Plano de Recuperação e Resiliência nos aspetos relativos aos circuitos logísticos associados.

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-CCT-C7-i1	Rede ALE interior	300
RE-CCT-C7-i2	<i>Missing links</i>	254
RE-CCT-C7-i3	Ligações transfronteiriças	110
RE-CCT-C7-i4	Aumento capacidade rede viária estruturante	109
RE-CCT-C7-i5-RAA	Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	60

Custo estimado: 833 milhões de EUR

Subvenções MRR: 833 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 30 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 12 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C8 – Florestas

Área de política (Roteiro): Competitividade e Coesão Territorial

Descrição:

A evolução da economia e da sociedade portuguesa nos últimos 50 anos, apesar de positiva, não parou o êxodo da população para os grandes centros urbanos e o progressivo envelhecimento da população rural, levando ao abandono dos territórios e das atividades tradicionais do setor primário, o que deu origem a um progressivo alargamento do uso florestal, muitas vezes espontâneo e não gerido, com grande concentração de cargas de combustível e forte exposição ao perigo de incêndio rural.

Esta situação teve consequências trágicas no Verão de 2017, com perda de vidas humanas e inúmeros prejuízos em equipamentos e bens, que se somam à destruição da floresta e dos bens e serviços por ela produzidos, promovendo, ainda mais, o abandono destes territórios.

Importa assim desenvolver uma resposta estrutural capaz de proteger Portugal de incêndios rurais graves, num contexto de alterações climáticas, pelo que os investimentos a realizar no âmbito desta componente incidem essencialmente na transformação da paisagem dos territórios de floresta vulneráveis, na rede primária das faixas de gestão de combustíveis, meios aéreos de combate a incêndios rurais, cadastro do território, modernização de meios e recursos para aumentar a capacidade da resposta operacional dos agentes de proteção civil.

Reformas relevantes:

- RE-12 Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis
- RE-13 Reorganização do cadastro rústico
- RE-14 Reforma da prevenção e combate aos Fogos Rurais

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-CCT-C8-i1	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	270
RE-CCT-C8-i2	Faixas gestão combustível - rede primária	166
RE-CCT-C8-i3	Meios de combate a incêndios rurais	93
RE-CCT-C8-i4	Cadastro do território	96
RE-CCT-C8-i5	Programa MAIs Floresta	40

Custo estimado: 665 milhões de EUR

Subvenções MRR: 665 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 569 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 569 milhões de EUR

Dimensão digital: 96 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C9 – Gestão Hídrica

Área de política (Roteiro): Competitividade e Coesão Territorial

Descrição:

Esta componente tem por objetivo mitigar a escassez e assegurar a resiliência dos territórios do Algarve e Alentejo aos episódios de seca (tendo por base os cenários de alterações climáticas e a estratégia de adaptação definida na Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas ENAAC) e no Programa de Ação para Adaptação às Alterações Climáticas (P-3AC), promovendo a manutenção da disponibilidade de água e a qualidade de serviço através de uma gestão interanual das disponibilidades hídricas, da adoção de medidas de eficiência hídrica em todos os setores económicos e do aumento da resiliência das disponibilidades hídricas das regiões. Contribui para a diversificação da atividade económica no Alentejo e Algarve e o desenvolvimento económico, social e ambiental das duas regiões, sobretudo nas atuais condições de escassez hídrica e do contexto pandémico. Adicionalmente, esta componente contribui para o “Objetivo Político 2: Uma Europa mais verde e hipocarbónica”.

O investimento integra a implementação do Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve (PREHAlg) que assenta no desenvolvimento de um vasto conjunto de projetos, a maior parte deles também já consagrados noutros planos setoriais, distribuídos pelas diferentes dimensões da gestão da procura e da gestão da oferta das disponibilidades hídricas. Adicionalmente, inclui ainda a implementação do Aproveitamento Hidráulico de Fins Múltiplos do Crato (Barragem do Pisão), que permite garantir uma reserva estratégica de água que poderá constituir uma alternativa de abastecimento público e permitir o estabelecimento de novas áreas de regadio. Pretende-se ainda associar a esta intervenção um sistema de resposta integrada exigido por situações de risco, em particular para enfrentar situações de seca extrema e para reduzir a probabilidade de ocorrência de cheias.

No caso da Região Autónoma da Madeira, é previsto financiamento para o aumento do armazenamento de água numa lógica de Fins Múltiplos.

Reformas relevantes:

RE-15 Gestão Hídrica para o Armazenamento e Reutilização de Água

Investimentos:

(em milhões de EUR)

RE-CCT-C9-i1	Plano eficiência hídrica do Algarve	200
RE-CCT-C9-i2	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (Barragem do Pisão)	171
RE-CCT-C9-i3-RAM	Aumento do armazenamento de água numa lógica de Fins Múltiplos	70

Custo estimado: 441 milhões de EUR

Subvenções MRR: 441 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 331 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 407 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

2.3 Os roteiros para a transição climática

A dimensão da Transição Climática prevê três roteiros – mobilidade sustentável; descarbonização e bioeconomia; e eficiência energética e renováveis – os quais se estruturam em torno de 5 componentes:

- No âmbito do roteiro da mobilidade sustentável, uma componente diretamente associada à mobilidade sustentável;
- No quadro do roteiro da descarbonização e bioeconomia – descarbonização da indústria; bioeconomia;
- No que se refere ao roteiro da eficiência energética e renováveis – eficiência energética em edifícios; e hidrogénio e renováveis.

Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 5 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, e que se passam a descrever.

TC-1 - Reforma do Ecosistema dos Transportes, que tem por objetivo a promoção do transporte público, na ótica da eficiência ambiental, da descarbonização e da transição energética. Esta reforma enquadra-se na dimensão “Sustentabilidade dos Recursos e Transição Climática” do Plano Nacional de Reformas. Além do efeito no ambiente, a utilização de transportes públicos e o alargamento das suas redes garante um aumento da coesão territorial e social.

TC-2 – Descarbonização da indústria, que visa promover uma alteração de paradigma na utilização de recursos e contribuir para a descarbonização da indústria, concretizando medidas do Plano Nacional de Energia e Clima (PNEC 2030), do Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC).

TC-3 – Plano para a Bioeconomia Sustentável, que visa promover uma alteração de paradigma na produção de produtos de alto valor acrescentado a partir de recursos biológicos.

TC-4 - Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios, em fase final de preparação, responde à necessidade identificada no Plano Nacional Energia e Clima 2030 de promoção da renovação de edifícios contribuindo para o aumento da respetiva eficiência energética e para o cumprimento dos objetivos nacionais de energia e clima, alinhados com a visão do Roteiro Nacional para a Neutralidade Carbónica 2050.

TC-5 - Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2), enquadra-se no instrumento de política energética nacional para o período até 2030, o Plano Nacional de Energia e Clima, visando introduzir um quadro de incentivo e estabilidade para o setor energético, promovendo a introdução gradual do hidrogénio como um dos pilares de uma estratégia mais abrangente de transição para uma economia descarbonizada. A reforma integra o desenvolvimento das condições necessárias, incluindo a legislação e regulamentação, segurança, standards, inovação e financiamento.

Os investimentos na dimensão da transição climática, num total de 11 (dos quais 9 se localizam no Continente e 2 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), organizam-se em 5 Componentes, num investimento total de 2.888 milhões de euros (dos quais 2.703 milhões no Continente e 185 milhões nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).



Descrevem-se, de seguida, as Componentes, organizadas por Roteiros, incluindo a lista dos investimentos e respetivos valores.

Mobilidade sustentável

Mobilidade Sustentável			1 032
Cod- Componente	C10	Mobilidade Sustentável	1 032
Cod-Inv	TC-MS-C10-i1	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcantara	304
	TC-MS-C10-i2	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Devesas	299
	TC-MS-C10-i3	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	250
	TC-MS-C10-i4	Linha BRT do Campo Alegre	83
	TC-MS-C10-i5	Descarbonização dos Transportes Públicos	96

Descarbonização e bioeconomia

Descarbonização e Bioeconomia			865
Cod- Componente	C11	Descarbonização da Indústria	715
Cod-Inv	TC-DB-C11-i1	Descarbonização da indústria	715
Cod- Componente	C12	Bioeconomia	150
Cod-Inv	TC-DB-C12-i1	Bioeconomia	150

Eficiência energética e renováveis

Eficiência Energética e Renováveis			991
Cod- Componente	C13	Eficiência Energética em Edifícios	620
Cod-Inv	TC-EER-C13-i1	Eficiência energética em edifícios	620
Cod- Componente	C14	Hidrogénio e Renováveis	371
Cod-Inv	TC-EER-C14-i1	Hidrogénio e gases renováveis	186
	TC-EER-C14-i2-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira	69
	TC-EER-C14-i3-RAA	Transição Energética nos Açores	116

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C10 – Mobilidade Sustentável

Área de política (Roteiro): Mobilidade Sustentável

Descrição:

O principal objetivo é assegurar o desenvolvimento de projetos robustos com forte contributo para a melhoria do sistema de transporte coletivo, que promova a sua utilização por parte de mais utentes, que concorrem para a descarbonização do setor dos transportes, e que tenham um importante contributo para a recuperação dos efeitos económicos e sociais resultantes da crise pandémica, em particular ao nível do emprego. Neste âmbito, foram definidos os seguintes objetivos específicos para esta componente: 1) Descarbonizar e apoiar a transição energética no setor da mobilidade; 2) Promover a utilização de transporte público; 3) Promover a coesão económica, social e territorial; 4) Mitigar os efeitos económicos e sociais da crise pandémica; 6) Criar emprego.

Os investimentos previstos na presente componente têm como objetivo a promoção do transporte público e assim contribuir para a descarbonização e transição energética do setor dos transportes. Como tal, os investimentos a realizar são: a expansão da rede de Metro de Lisboa (Linha Vermelha até Alcântara), a expansão da rede de Metro do Porto (Casa da Música-Devesas), Infraestruturas de transporte público, investir em transportes públicos em sítio próprio ligeiro, tais como, Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures e Linha BRT do Campo Alegre, a descarbonização dos transportes públicos, mediante o apoio à aquisição de frotas de transportes públicos com motorizações limpas.

Reformas relevantes:

TC-1 Reforma do Ecossistema dos Transportes

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TC-MS-C10-i1	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara	304
TC-MS-C10-i2	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Devesas	299
TC-MS-C10-i3	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	250
TC-MS-C10-i4	Linha BRT do Campo Alegre	83
TC-MS-C10-i5	Descarbonização dos Transportes Públicos	96

Custo estimado: 1.032 milhões de EUR

Subvenções MRR: 1.032 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 1.032 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 413 milhões de EUR

Dimensão digital: 35 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C11 – Descarbonização da Indústria

Área de política (Roteiro): Descarbonização e Bioeconomia

Descrição:

O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030) define as metas de redução de emissões (45% e 55%), de incorporação de renováveis (47%) e de eficiência energética (35%), estabelecendo, entre os seus objetivos para 2030 «Desenvolver uma indústria inovadora e competitiva» e um conjunto de medidas para a sua concretização.

A descarbonização da indústria pretende apoiar o tecido industrial na adoção de estratégias que reduzam a intensidade carbónica das suas atividades ao nível dos equipamentos e processos mais descarbonizados e menos dependentes de combustíveis fósseis.

Destina-se ao setor empresarial, fomentando mudanças estruturais e apoiando o investimento na transição climática, apostando em processos de baixo carbono na indústria, eletrificação de processos industriais, incorporação de hidrogénio e gases renováveis na indústria, adoção de medidas de eficiência energética nos processos e incorporação de energia de fonte renovável.

Tais mudanças estruturais necessitam ser acompanhadas por uma forte componente de capacitação das empresas incluindo a elaboração de instrumentos de informação e de apoio, tais como os roteiros setoriais para a neutralidade carbónica na indústria, que permitam identificar as soluções tecnológicas custo eficazes, específicas para a indústria nacional, incorporando maior inovação, e promovendo a sua disseminação e colocando o país no caminho da neutralidade carbónica.

Esta componente representa um contributo crítico para a alteração de paradigma industrial nacional, concretizando assim medidas e objetivos do PNEC 2030 e do RNC2050.

Reformas relevantes:

TC-2 Descarbonização da indústria

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TC-DB-C11-i1	Descarbonização da Indústria	715
--------------	------------------------------	-----

Custo estimado: 715 milhões de EUR

Subvenções MRR: 715 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 629 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 286 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C12 – Bioeconomia

Área de política (Roteiro): Descarbonização e Bioeconomia

Descrição:

Atingir a neutralidade carbónica em Portugal até 2050, implica romper com o paradigma da utilização de recursos fósseis e não renováveis, transitando para uma economia de baixo carbono, circular, e centrada na utilização dos recursos naturais de forma sustentável e em que a bioeconomia surge como uma inovação.

A promoção da bioeconomia sustentável pretende funcionar como acelerador da economia nacional, para modernizar e desenvolver uma bioindústria nacional, através da produção de novos produtos de alto valor acrescentado, a partir de recursos biológicos, diminuindo o consumo de matérias-primas de origem fóssil e contribuindo, simultaneamente, para a diminuição das emissões de carbono

Esta componente destina-se ao setor empresarial fomentando mudanças estruturais ao nível da promoção da bioeconomia sustentável e visa incentivar três setores estratégicos para a economia portuguesa: o têxtil e vestuário (ITV), o calçado e a resina.

Este investimento engloba iniciativas como a dinamização das atividades de I&D (incluindo a aquisição de equipamento) para o aproveitamento de matérias-primas de base florestal, bem como a dinamização do setor agro-industrial para valorização resíduos como fonte matérias-primas. Prevê-se, adicionalmente, a implementação de vários pilotos industriais e agro-industriais, para comprovar o bom desempenho ambiental das novas tecnologias mais sustentáveis.

Reformas relevantes:

TC-3 Bioeconomia sustentável

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TC-DB-C12-i1	Bioeconomia	150
--------------	-------------	-----

Custo estimado: 150 milhões de EUR

Subvenções MRR: 150 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 123 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 60 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C13 – Eficiência Energética em Edifícios

Área de política (Roteiro): Eficiência Energética e Renováveis

Descrição:

Os setores doméstico e dos serviços, e o parque de edifícios associado, são responsáveis por mais de 30% da energia final consumida, o que se traduz em emissões de GEE bastante significativas face ao total nacional. De acordo com uma análise recente, concluiu-se que, à exceção dos edifícios multifamiliares contruídos após o ano de 2016, todos os edifícios apresentam uma categoria IV de conforto, o que significa que o parque de edifícios existentes proporciona desconforto térmico em mais de 95% do ano. Quase dois terços do parque nacional de edifícios foi construído antes da introdução, em 1990, de requisitos de eficiência energética para edifícios novos, o que se reflete, em muitos casos, em elevadas necessidades energéticas e mesmo em situações de pobreza energética com impacto no conforto térmico e na saúde dos ocupantes.

Por forma a responder a este desafio, pretende-se reabilitar e tornar os edifícios energeticamente mais eficientes, contribuindo para o cumprimento das metas nacionais/europeias em matéria de energia e clima, nomeadamente a redução de emissões de gases com efeito de estufa, a redução do consumo de energia, a melhoria da eficiência energética e de recursos dos edifícios (residenciais e não residenciais, incluindo a administração pública), a melhoria do desempenho energético do parque imobiliário através de uma significativa vaga de renovação, o aumento da incorporação de fontes de energia renovável, a redução das situações de pobreza energética e a melhoria das condições de vida dos ocupantes.

Reformas relevantes:

TC-4 Estratégias de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TC-EER-C13-i1	Eficiência energética em edifícios	620
---------------	------------------------------------	-----

Custo estimado: 620 milhões de EUR

Subvenções MRR: 620 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 620 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 248 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C14 – Hidrogénio e Renováveis

Área de política (Roteiro): Eficiência Energética e Renováveis

Descrição:

A estratégia energética de Portugal para a próxima década, e com reflexo nas seguintes, assenta numa combinação de diversas opções de políticas e medidas, bem como de opções tecnológicas variadas, procurando criar condições que viabilizem o papel que os gases renováveis, em particular o hidrogénio verde, podem desempenhar na descarbonização dos vários setores da economia como a indústria e os transportes, com vista ao alcance de níveis elevados de incorporação de fontes renováveis de energia no consumo final de energia de forma mais eficiente. Por outro lado, a aposta no hidrogénio verde permite acelerar a descarbonização do próprio setor elétrico, fomentando o movimento de tendente acoplamento entre o Sistema Elétrico e o Sistema de Gás e a recolha dos benefícios de eficiência e economia que daí resultam.

O reconhecimento da importância do hidrogénio verde reside no facto de, entre outros, constituir uma solução para processos industriais intensivos, para o armazenamento de energia produzida através de fontes renováveis e para o surgimento de outros combustíveis de base renovável, como é o caso dos combustíveis sintéticos para o setor dos transportes marítimos e aviação. Como tal, o hidrogénio verde apresenta-se como uma válida opção para potenciar o cumprimento dos objetivos nacionais de incorporação de fontes renováveis no consumo final de energia e para a descarbonização, com particular ênfase na indústria e na mobilidade, tal como previsto no Plano Nacional de Energia e Clima 2030 e na Estratégia Nacional para o Hidrogénio.

Assim, esta Componente pretende apoiar o investimento, maioritariamente privado, no aumento da capacidade instalada em eletrolisadores para a produção de hidrogénio verde e gases renováveis, em estreita cooperação entre as autoridades públicas e os intervenientes dos diversos setores envolvidos.

Esta Componente pretende ainda potenciar a eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira, bem como na transição energética nos Açores.

Reformas relevantes:

TC-5 Estratégia Nacional para o Hidrogénio

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TC-EER-C14-i1	Hidrogénio e gases renováveis	186
TC-EER-C14-i2-RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira	69
TC-EER-C14-i3-RAA	Transição Energética nos Açores	116

Custo estimado: 371 milhões de EUR

Subvenções MRR: 371 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 371 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 148 milhões de EUR

Dimensão digital: 0 milhões de EUR

2.4 Os roteiros para a transição digital

A dimensão da Transição Digital prevê três roteiros – escola digital; empresas 4.0; e administração pública digital – estruturados em torno de 3 componentes, uma para cada roteiro e assumindo a sua designação.

Estas componentes são concretizadas através de um conjunto de 10 reformas, que enquadram os investimentos a realizar, e que se passam a descrever:

TD-1 - Reforma para a Educação Digital, que visa permitir a modernização do espaço escolar, a democratização do acesso às tecnologias e o desenvolvimento de competências digitais. O objetivo geral desta reforma é modernizar o sistema educativo português ao nível dos espaços escolares, melhorando e atualizando o contexto didático-pedagógicos de educação formal e não formal, criando condições para a digitalização, a inovação educativa, a inclusão e a melhoria do sucesso escolar. A Reforma pretende, ainda, o combate à exclusão digital, fortemente marcada pelo contexto socioeconómico e geográfico.

TD-2 - Transição Digital do Tecido Empresarial, em alinhamento com o Plano de Ação para a Transição Digital, aprovado pela RCM 30/2020, endereçando três pilares: i) reforço das competências digitais da força de trabalho; ii) transformação dos modelos de negócio das empresas para tirar máximo partido da tecnologia; iii) catalisação da integração de tecnologia digital nas empresas através da inovação, confiança, segurança e redução de custos.

TD-3 - Serviços Públicos Digitais, Simples e Inclusivos, que visa aumentar a capacidade de resposta dos serviços públicos e reduzir obstáculos administrativos que impendem sobre a vida das pessoas e das empresas, disponibilizando serviços orientados a eventos de vida, integrados, totalmente digitais, proativos e personalizados, facilitando o quotidiano dos cidadãos e melhorando as condições para o investimento. A transformação digital da Administração Pública não pode excluir a existência de outros canais de acesso ao serviço público além do digital, nomeadamente o telefónico e o presencial (omnicanal).

TD-4 - Administração Pública Conectada, Segura e Inteligente, que visa preparar o Estado para as mudanças que resultam do processo de transformação digital, integrando as soluções decorrentes do progresso tecnológico na estratégia de modernização da administração, proporcionando vantagens económicas e sociais para a sociedade em geral. Neste contexto da transformação digital, e em linha com o preconizado pelo Plano Nacional de Reformas, serão tidos em conta os desafios associados à computação em nuvem, à área da “*data science*” e à cibersegurança.

TD-5 - Força de Trabalho Capacitada para a Criação de Valor Público, que visa reformar a cultura da Administração Pública, através da capacitação e mobilização dos trabalhadores e das suas lideranças. É fundamental apoiar e dotar os trabalhadores e os dirigentes não só de qualificações, mas sobretudo das competências necessárias para os novos modelos de organização do trabalho que já surgem no presente e se afirmarão no futuro. Serão assegurados propósitos como a promoção do talento; a internalização das competências emergentes, em

particular as mais críticas para o trabalho colaborativo e a oferta de serviços digitais integrados e inclusivos; a prontidão dos trabalhadores e dirigentes para tirar partido das tecnologias emergentes, com competência técnica e capacidade de avaliação de riscos e oportunidade; a preparação dos trabalhadores para funcionar em equipas de trabalho ágeis e autónomas, focadas em projetos que atravessam setores e organizações, unidas por um propósito comum de serviços ao cidadão e às empresas.

TD-6 - Transição Digital na Justiça, que visa aumentar a eficiência dos tribunais, nomeadamente dos administrativos e fiscais, incluindo o desenvolvimento e modernização da infraestrutura tecnológica e de informação, a simplificação e atualização da oferta de serviços e a capacitação dos seus recursos humanos.

TD-7 - Modernizar e Simplificar a Gestão Financeira Pública, nomeadamente através da concretização da Lei de Enquadramento Orçamental, investindo nos sistemas de informação associados.

TD-8 – Sistema de Informação Patrimonial e Gestão do Património Público, que visa implementar um processo de avaliação geral dos prédios rústicos e permitir a consulta on-line e uma gestão mais racional do património.

TD-9 - Prossecução dos esforços de racionalização da despesa, através de exercícios regulares de análise de despesa.

TD-10 - Redução duradoura dos pagamentos em atraso, em linha com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.

Os investimentos na dimensão da transição digital, num total de 14 (dos quais 10 se localizam no Continente e 4 nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira), organizam-se em 3 Componentes, num investimento total de 2.858 milhões de euros (dos quais 2.651 milhões no Continente e 207 milhões nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira).



Descrevem-se, de seguida, as Componentes, organizadas por Roteiros, incluindo a lista dos investimentos e respetivos valores.

Escola digital

Escola Digital			538
Cod- Componente	C15	Escola Digital	538
Cod-Inv	TD-ED-C15-i1	Transição digital na Educação	500
	TD-ED-C15-i2-RAA	Educação digital (Açores)	38

Empresas 4.0

Empresas 4.0			650
Cod- Componente	C16	Empresas 4.0	650
Cod-Inv	TD-E4.0-C16-i1	Transição Digital (Empresas)	650

Administração pública digital

Administração Pública Digital			1 670
Cod- Componente	C17	Administração Pública Digital	1 670
Cod-Inv	TD-AP-C17-i1	Portal digital dos serviços públicos e consulares	275
	TD-AP-C17-i2	Cibersegurança, Ringov e data science	64
	TD-AP-C17-i3	Redes de emergência: Siresp e 112	70
	TD-AP-C17-i4	Programa nacional de capacitação e qualificação da Administração Pública	98
	TD-AP-C17-i5	Modernização e simplificação da gestão financeira e patrimonial pública	206
	TD-AP-C17-i6	Transição digital na Justiça	288
	TD-AP-C17-i7	Transição digital na Segurança Social	200
	TD-AP-C17-i8	Transição digital na Saúde	300
	TD-AP-C17-i9-RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM	114
	TD-AP-C17-i10-RAA	Hospital Digital	30
	TD-AP-C17-i11-RAA	Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores)	25

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C15 – Escola Digital

Área de política (Roteiro): Escola Digital

Descrição:

A transição digital representa um processo fundamental para o crescimento e sustentabilidade da economia dos países europeus. Entre outros indicadores, Portugal registava ainda, em 2019, valores muito aquém das médias europeias, ao nível da utilização diária da internet (65%), da utilização de serviços públicos online (41%) e dos especialistas TIC no mercado de trabalho (2,4%) (dados Eurostat / Observatório das Competências Digitais), estabelecendo metas ambiciosas até 2025 (80%, 75% e 5%, respetivamente). É reconhecido o contributo central da educação para o desenvolvimento de competências digitais que permitam a referida transição.

Neste sentido, pretende-se robustecer a infraestrutura tecnológica das escolas, no que respeita a equipamentos, acesso à Internet e competências digitais dos professores, bem como o desenvolvimento de conteúdos educativos digitais (com suporte em plataformas de ensino e aprendizagem à distância e de teletrabalho), a desmaterialização dos recursos didático-pedagógicos, a desmaterialização de provas e exames nacionais e o fornecimento de computadores de uso individual às escolas, alinhado com o Plano de Ação para a Transição Digital. Esta componente pretende assim preparar a comunidade escolar para enfrentar os desafios de um futuro próximo, através de um ensino que se quer presencial, mas que pode ter de transitar, temporariamente, para um modelo híbrido ou a distância.

Esta Componente pretende igualmente apoiar a digitalização da educação na Região Autónoma dos Açores, com benefícios relevantes ao nível do acesso à "sociedade de informação" e da promoção da igualdade de oportunidades para a sua população.

Reformas relevantes:

TD-1 – Reforma para a educação digital

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TD-ED-C15-i1	Transição digital na Educação	500
TD-ED-C15-i2-RAA	Educação digital (Açores)	38

Custo estimado: 538 milhões de EUR

Subvenções MRR: 538 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 0 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 0 milhões de EUR

Dimensão digital: 538 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C16 – Empresas 4.0

Área de política (Roteiro): Empresas 4.0

Descrição:

A transição digital de Portugal é uma prioridade que assume particular relevância no atual contexto, em que os desafios e as oportunidades da 4.ª revolução industrial se conjugam com os efeitos económicos e sociais gerados pela pandemia do COVID-19.

Neste sentido, a componente C16 – Empresas 4.0 inclui um conjunto de investimentos que visam endereçar os seguintes pilares, alinhados com o Plano de Ação para a Transição Digital de Portugal:

- reforço das competências digitais da força de trabalho e alteração das práticas de formação profissional;
- transformação dos modelos de negócio das empresas para tirar máximo partido da tecnologia;
- catalisação da integração de tecnologia nas empresas através de inovação, confiança, segurança e redução de custos de contexto.

Reformas relevantes:

TD-2 – Transição digital do tecido empresarial

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TD-E4.0-C16-i1	Transição Digital (Empresas)	650
----------------	------------------------------	-----

Custo estimado: 650 milhões de EUR

Subvenções MRR: 650 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 0 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 0 milhões de EUR

Dimensão digital: 650 milhões de EUR

FICHA DE COMPONENTE

COMPONENTE: C17 – Administração Pública Digital

Área de política (Roteiro): Administração Pública Digital

Descrição:

A pandemia Covid-19 evidenciou, de forma particular, o papel da Administração Pública (AP) na abordagem aos desafios globais e complexos do nosso tempo e a necessidade de processos suportados em serviços públicos digitais robustos. Nesta fase de recuperação da crise, é necessário aprofundar essa dimensão, mas também melhorar formas de atuação da AP para responder de forma eficaz a um novo contexto, mais resiliente e digital, centrada na relação com o Cidadão.

Esta componente, apostando na utilização da tecnologia e no desenvolvimento das capacidades humanas da força de trabalho da AP, pretende: 1) melhorar a qualidade e a resposta dos serviços públicos; 2) digitalizar e integrar serviços públicos; 3) aumentar a eficiência e a transparência, ao produzir, reutilizar e disponibilizar dados e informação; 4) capacitar os trabalhadores públicos para os novos desafios, particularmente quanto à transição digital.

Pretende-se desenvolver um portal único digital para os serviços públicos, que integre as diversas áreas da AP, minimizando as interações dos utentes – cidadãos e empresas – e, assim, reduzindo custos de contexto. Em particular, as áreas da Justiça, Segurança Social, Negócios estrangeiros e Finanças beneficiarão de uma extensa modernização tecnológica, simplificação, atualização da oferta de serviços, nomeadamente os sistemas nucleares de suporte à atividade, alinhados com paradigmas tecnológicos e processuais assentes no digital, no conhecimento e gestão em tempo real e no funcionamento em redes colaborativas, quer transversais à AP, quer à escala global.

Também o Serviço Nacional de Saúde terá um reforço dos atuais níveis de evolução e uniformização dos seus sistemas digitais, através do desenvolvimento de novas soluções, tendo as entidades, os profissionais, mas também os cidadãos como beneficiários, designadamente através da integração do canal telefónico (SNS24), digital (pelo Portal Único e App Única), ampliando a oferta de telessaúde, ou pelos canais presenciais de proximidade.

As ferramentas tecnológicas de suporte às redes de comunicações de segurança e emergência verão a sua disponibilidade e robustez aumentadas, de modo a garantir a resposta necessária em situações de emergência, criando redundâncias e melhoria na capacidade da Rede de Segurança Interna, na Rede de Comunicações de Segurança e Emergência e na atualização de centros operacionais e sistemas tecnológicos (incluindo 112).

A segurança de utilização dos sistemas digitais será potenciada através da consolidação da capacitação no domínio da cibersegurança e da utilização segura dos dados, da informação e do conhecimento, de forma estruturada e integrada.

A componente inclui um importante investimento para o desenvolvimento de instrumentos, práticas e processos de gestão financeira pública, em particular no âmbito da nova Lei de Enquadramento Orçamental.

Numa outra ótica, pretende-se ainda intervir no sistema de informação patrimonial, com vista à implementação adequada de um sistema de tributação dos prédios rústicos ajustado às potencialidades de cada prédio, às externalidades ambientais positivas e negativas da respetiva ocupação e que crie incentivos específicos a uma utilização produtiva ambientalmente sustentável dos prédios rústicos.

Esta componente pretende ainda apoiar a transição digital da Administração Pública da Região autónoma da Madeira e dos Açores, favorecendo o nível de serviços prestado ao cidadão.

Na Região Autónoma dos Açores será também implementado o projeto Hospital Digital, que pretende viabilizar a opção de "hospital virtual" nas consultas nos hospitais e centros de saúde do Serviço Regional de Saúde, reduzindo desigualdades no acesso ao Serviço Regional de Saúde.

Reformas relevantes:

- TD-3 – Serviços públicos digitais, simples e inclusivos
- TD-4 – Administração pública conectada segura e inteligente
- TD-5 – Força de trabalho capacitada para a criação de valor público
- TD-6 – Transição digital na justiça
- TD-7 – Modernizar e simplificar a gestão financeira pública
- TD-9 - Prossecução dos esforços de racionalização da despesa
- TD-10 - Redução duradoura dos pagamentos em atraso

Investimentos:

(em milhões de EUR)

TD-AP-C17-i1	Portal digital dos serviços públicos e consulares	275
TD-AP-C17-i2	Cibersegurança, Ringov e <i>data science</i>	64
TD-AP-C17-i3	Redes de emergência	70
TD-AP-C17-i4	Programa nacional de capacitação e qualificação da Administração Pública	98
TD-AP-C17-i5	Modernização e simplificação da gestão financeira e patrimonial pública	206
TD-AP-C17-i6	Transição digital na Justiça	288
TD-AP-C17-i7	Transição digital na Segurança Social	200
TD-AP-C17-i8	Transição digital na Saúde	300
TD-AP-C17-i9-RAM	Transição digital da Administração Pública da RAM	114
TD-AP-C17-i10-RAA	Hospital Digital	30
TD-AP-C17-i11-RAA	Modernização e digitalização da Administração Pública Regional (Açores)	25

Custo estimado: 1.670 milhões de EUR

Subvenções MRR: 1.670 milhões de EUR

Empréstimos MRR: 0 milhões de EUR

Dimensão climática: 37 milhões de EUR

Dimensão ambiental: 37 milhões de EUR

Dimensão digital: 1.572 milhões de EUR

2.5 Investimentos que requerem clarificação relativamente a empréstimos

O Governo Português tomou a decisão de maximizar a utilização de fundos europeus a título de subvenção e de minimizar a utilização de empréstimos que possam dar origem ao aumento da dívida pública.

Ainda assim, elenca três investimentos que merecem uma avaliação criteriosa da sua elegibilidade, e em que condições, para a componente de empréstimos do MRR.

Investimentos que requerem clarificação (empréstimos)			-	4 295
Cod- Componente	C2	Habitação		
Cod-Inv	RE-VS-C2-i5	Parque público de habitação acessível	-	2 745
Cod- Componente	C5	Potencial Produtivo e Emprego		
Cod-Inv	RE-PP-C5-i7	Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco de Fomento	-	1 250
Cod- Componente	C10	Mobilidade Sustentável		
Cod-Inv	TC-MS-C10-i6	Material Circulante Ferroviário - regionais (longo curso)	-	300

2.6 O alinhamento das reformas e investimentos do PRR com as Recomendações Específicas por País dirigidas a Portugal

A análise cruzada entre as recomendações específicas dirigidas a Portugal e o conjunto de reformas e investimentos que integram o PRR revela que este contribui para endereçar todas as REP dirigidas a Portugal nos ciclos 2019 e 2020 do Semestre Europeu.

2019	2020	Recomendação	PRR
REP 1	REP 1	Aumentar a qualidade das finanças públicas	<p>Reforma:</p> <p>TD-7 - Modernizar e Simplificar a Gestão Financeira Pública TD-5 - Força de Trabalho Capacitada para a Criação de Valor Público TD-8 – Sistema de Informação Patrimonial e Gestão do Património Público TD-9 - Prossecução dos esforços de racionalização da despesa, através de exercícios regulares de análise de despesa TD-10 - Redução duradoura dos pagamentos em atraso, em linha com a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso</p> <p>Investimento:</p> <p>TD-AP-C17-i5 - Modernização e simplificação da gestão financeira e patrimonial pública</p>
REP 1	REP 1	Reforçar a resiliência do sistema de saúde e assegurar a igualdade de acesso a serviços de qualidade na área da saúde e dos cuidados de longa duração	<p>Reforma:</p> <p>RE-1 – Reforma dos Cuidados de Saúde Primários RE-2 – Reforma para a Saúde Mental RE-16 – Conclusão da reforma do modelo de governação dos hospitais públicos</p> <p>Investimento:</p> <p>RE-VS-C1-i1 - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas RE-VS-C1-i2 - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos RE-VS-C1-i3 - Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído na rede hospitalar) RE-VS-C1-i4 - Equipamento Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa RE-VS-C1-i5 - Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM TD-AP-C17-i8 - Transição digital na Saúde</p>

2019	2020	Recomendação	PRR
REP 2	REP 2	Melhorar o nível de competências da população	<p>Reforma: RE-9 – Modernização do Ensino e Formação Profissional</p> <p>Investimento: RE-PP-C6-i1 - Modernização do ensino e formação profissional RE-PP-C6-i2 - Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial RE-PP-C6-i3 - Impulso Jovem STEAM RE-PP-C6-i4 - Impulso Adultos RE-PP-C6-i5 - Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida RE-PP-C5-i6 - Capacitação Empresarial</p>
REP 2	REP 2	Melhorar a eficácia e a adequação da rede de proteção social	<p>Reforma: RE-3 – Programa de Apoio ao Acesso à Habitação (1.º Direito) RE-4 – Plano Nacional de Alojamento Urgente e Temporário RE-6 – Abordagem Integrada de Apoio às Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas RE-5 – Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais</p> <p>Investimento: RE-VS-C2-i1 - Reestruturar o parque de habitação social RE-VS-C2-i2 - Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (inc. Autónoma e Mais Habitação) RE-VS-C2-i3 - Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira RE-VS-C2-i4 - Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA RE-VS-C2-i5 - Parque público de habitação acessível – Investimento em Avaliação RE-VS-C3-i1 - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para o Envelhecimento e a Infância RE-VS-C3-i2 - Acessibilidades 360º RE-VS-C3-i3 - Fortalecimento das Respostas Sociais na RAM RE-VS-C3-i4 - Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social RE-VS-C4-i - Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas</p>
REP 2	REP 2	Apoiar o emprego e reduzir a segmentação do mercado de trabalho	<p>Reforma: RE-11 – Agenda de Promoção do Trabalho Digno</p> <p>Investimento: RE-PP-C6-i2 - Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial</p>
	REP 2	Apoiar a utilização das tecnologias digitais e promover as competências digitais da população	<p>Reforma: TD-2 – Transição Digital do Tecido Empresarial TD-4 – Administração Pública Conectada, Segura e Inteligente TD-1 – Reforma para a Educação Digital</p> <p>Investimento: TD-E4.0-C16-i1 - Transição Digital (Empresas) TD-AP-C17-i2 - Cibersegurança, Ringov e <i>data science</i> TD-ED-C15-i1 - Transição digital na Educação RE-PP-C6-i2 - Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial TD-ED-C15-i2 - Educação digital (Açores)</p>
REP 3	REP 3	Promover o investimento para a transição climática	<p>Reforma: TC-1 – Reforma do Ecosistema dos Transportes TC-5 – Estratégia Nacional para o Hidrogénio (EN-H2) TC-4 – Estratégia de Longo Prazo para a Renovação de Edifícios TC-2 – Descarbonização da Indústria TC-3 – Plano para a Bioeconomia Sustentável RE-14 – Reforma da Prevenção e Combate aos Fogos Rurais R-12 – Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis RE-13 – Reorganização do Sistema de Cadastro da Propriedade Rústica e do Sistema de Monitorização do Uso e Ocupação do Solo RE-15 – Gestão Hídrica para o Armazenamento e Reutilização de Água</p> <p>Investimento: TC-MS-C10-i1 - Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcântara TC-MS-C10-i2 - Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Devesas TC-MS-C10-i3 - Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures TC-MS-C10-i4 - Linha BRT do Campo Alegre TC-MS-C10-i5 - Descarbonização dos Transportes Públicos TC-MS-C10-i6 - Material Circulante Ferroviário - regionais (longo curso) – Investimento em Avaliação TC-EER-C14-i1 - Hidrogénio e gases renováveis</p>

2019	2020	Recomendação	PRR
			TC-EER-C14-i2 - Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira TC-EER-C14-i3 - Transição Energética nos Açores TC-EER-C13-i1 - Eficiência energética em edifícios TC-DB-C11-i1 - Descarbonização da indústria TC-DB-C12-i1 - Bioeconomia RE-CCT-C8-i1 - Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis RE-CCT-C8-i2 - Faixas gestão combustível - rede primária RE-CCT-C8-i3 - Meios de combate a incêndios rurais RE-CCT-C8-i4 - Cadastro do território RE-CCT-C8-i5 - Programa MAIs Floresta RE-CCT-C9-i1 - Plano eficiência hídrica do Algarve RE-CCT-C9-i2 - Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (Barragem do Pisão) RE-CCT-C9-i3 - Aumento do armazenamento de água numa lógica de Fins Múltiplos
	REP 3	Proporcionar acesso à liquidez por parte das empresas, em especial pequenas e médias empresas, e promover o investimento privado para estimular a recuperação económica	Reforma: RE-8 – Criação e Desenvolvimento do Banco Português de Fomento Investimento: RE-PP-C5-i7 - Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco de Fomento – Investimento em Avaliação
REP 3	REP 3	Promover o investimento na investigação e inovação	Reforma: RE-7 – Agendas Mobilizadoras para a Reindustrialização Investimento: RE-PP-C5-i1 - Agendas mobilizadoras de reindustrialização RE-PP-C5-i2 - Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para tecido produtivo RE-PP-C5-i3 - Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria RE-PP-C5-i4 - Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores" RE-PP-C5-i5 - Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores RE-PP-C5-i6 - Relançamento Económico da Agricultura Açoriana
REP 4	REP 4	Reduzir os custos de contexto	Reforma: TD-6 – Transição Digital na Justiça TD-3 – Serviços Públicos Digitais, Simples e Inclusivos RE10 – Roteiro para a Redução das Restrições nas Profissões Altamente Reguladas Investimento: TD-AP-C17-i6 - Transição digital na Justiça TD-AP-C17-i1 - Portal digital dos serviços públicos e consulares TD-AP-C17-i3 - Redes de emergência TD-AP-C17-i4 - Programa nacional de capacitação e qualificação da Administração Pública TD-AP-C17-i7 - Transição digital na Segurança Social TD-AP-C17-i8 - Transição digital na Saúde TD-AP-C17-i9 - Transição Digital da Administração Pública da RAM TD-AP-C17-i10 - Hospital Digital TD-AP-C17-i11 - Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores) RE-CCT-C7-i1 - Rede ALE interior RE-CCT-C7-i2 - Missing links RE-CCT-C7-i3 - Ligações transfronteiriças RE-CCT-C7-i4 - Aumento capacidade rede viária estruturante RE-CCT-C7-i5 - Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores



PARTE 3

GOVERNAÇÃO E EXECUÇÃO

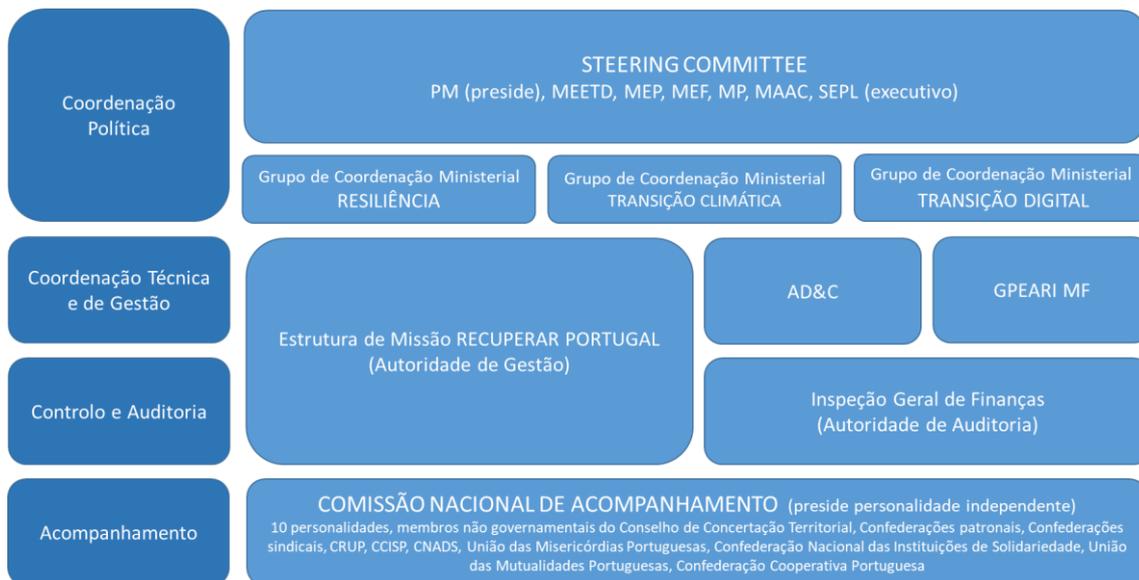
3.1 Modelo de governação

A execução do Plano de Recuperação e Resiliência vai exigir um elevado grau de coordenação entre os diferentes atores. Do nível de coordenação política até ao nível de acompanhamento, será necessário criar fluxos de informação e contextos de decisão que garantam a necessária celeridade e desburocratização, sem, contudo, comprometer os adequados níveis de transparência e rigor na aplicação dos recursos públicos.

Importa recordar que, no contexto europeu, Portugal é um dos países que mais executa, ocupando, neste momento e no presente Quadro, o 2.º lugar em termos de execução no conjunto dos 15 países com pacotes financeiros superiores a 7 mil M€ (agosto 2020). A experiência acumulada no contexto dos sucessivos quadros comunitários de apoio fornece um enquadramento de referência, que carece de adaptação às especificidades do PRR, nomeadamente pelo seu carácter de adicionalidade face ao Quadro Comunitário 2021-2027 e pela sua exigente dimensão temporal. Acresce que o modelo de contratualização dos fundos do MRR com as autoridades europeias implicará um modelo de monitorização diferente.

Assim, o modelo de governação a ser criado desenvolve-se segundo quatro níveis:

- O nível de coordenação política, encabeçado por um *Steering Committee*, presidido pelo Primeiro-Ministro, e de que farão parte o Ministro do Planeamento, os ministros coordenadores das três grandes dimensões do PRR – Ministro de Estado, da Economia e da Transição Digital, Ministra de Estado e da Presidência e Ministro do Ambiente e da Ação Climática –, o Ministro de Estado e das Finanças, bem como o Secretário de Estado do Planeamento, que coordenará a estrutura de missão Recuperar Portugal. Ainda neste nível, serão criados três grupos de coordenação ministerial, de forma a garantir o comprometimento político com a execução do Plano.
- O nível de coordenação técnica e de gestão, que integrará a nova estrutura de missão Recuperar Portugal, a entidade gestora nacional do PRR. Ainda a este nível, a Agência para o Desenvolvimento e Coesão e o GPEARI do Ministério das Finanças desempenharão funções no domínio da coordenação.
- O nível de controlo e auditoria, que incluirá a Inspeção Geral de Finanças na sua qualidade de entidade de auditoria nacional, bem como a estrutura de missão Recuperar Portugal, que deverá garantir as funções de controlo interno.
- Por fim, o nível de acompanhamento, que será assegurado por uma comissão nacional presidida por uma personalidade independente e que terá uma constituição plural, de forma a garantir uma adequada representatividade setorial e territorial.



3.2 Modelo de implementação e reporte

Embora a gestão nacional do Plano de Recuperação seja centralizada, a sua execução será, sempre que possível, descentralizada, envolvendo os atores territoriais.

Pretende-se limitar o mais possível os níveis de intermediação, o que significa que, nos casos em que os beneficiários finais estiverem bem identificados, justificar-se-á a contratualização direta entre a entidade gestora e o executor.

Casos haverá em que o número de beneficiários finais é desconhecido à partida, situação em que a entidade gestora poderá contratualizar com uma entidade que, por sua vez lançará um aviso nos termos acordados.

Atendendo à natureza de alguns investimentos, como por exemplo no domínio da habitação ou da transformação da paisagem, os municípios e as comunidades intermunicipais terão um papel crucial na execução descentralizada.

Para efeitos de controlo de gestão e de reporte, a estrutura de missão Recuperar Portugal manterá uma carteira de indicadores, nos termos a acordar com a Comissão Europeia e alinhados com as metas e objetivos que caracterizam os investimentos aprovados.

Prevê-se um ritmo de reporte semestral, o qual mediante o cumprimento das metas dará origem aos desembolsos por parte da Comissão.



PARTE 4

IMPACTO GLOBAL

4.1 Contexto e impacto macroeconómico

A economia portuguesa registou nos últimos anos um crescimento económico robusto, com taxas de crescimento do PIB que, desde 2016, são superiores a 2%, acompanhado por uma redução da taxa de desemprego e um crescimento do emprego, bem como uma consolidação do equilíbrio orçamental que em 2019 registou um excedente de 0,1% do PIB. O ano de 2020, marcado pela pandemia da COVID-19, registou resultados negativos em termos do crescimento da atividade económica logo no primeiro trimestre (-2,3%) e que se agravaram de forma significativa no segundo trimestre (-16,3%), fruto das medidas de contenção que provocaram a paralisação da maioria das atividades económicas a partir da segunda metade do mês de março, e que se prolongaram até ao início do mês de maio.

Neste contexto, as previsões que na situação pré-pandemia apontavam para que a economia continuasse a trilhar um caminho de crescimento económico e do emprego, foram inevitavelmente alteradas por um contexto de forte incerteza, com efeitos negativos na contração da procura e da oferta, nas suas várias componentes.

Espera-se, por isso, que a economia portuguesa registe em 2020 uma contração do PIB de -8,5%, ainda assim inferior à média da área do euro (-8,7%), e um agravamento do desemprego para 8,7%. O ano de 2021 deverá marcar a viragem para um período de recuperação, com um crescimento esperado do PIB de 5,4% e uma redução da taxa de desemprego em 0,5 p.p., refletindo a implementação das medidas de apoio promovidas pelo Governo e a concretização dos diferentes instrumentos previstos, incluindo no contexto do Plano de Recuperação e Resiliência.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PIB real (VH, %)	2,2%	-8,5%	5,4%	3,6%	3,3%	3,2%	2,6%	2,4%
Inflação (HICP, VH, %)	0,3%	-0,1%	0,7%	1,2%	1,4%	1,7%	1,7%	1,7%
Taxa de desemprego (% pop ativa)	6,5%	8,7%	8,2%	7,5%	7,1%	6,7%	6,5%	6,3%
Saldo Orçamental (%PIB)	0,1%	-7,3%	-4,3%	-2,7%	-2,2%	-1,4%	-0,7%	-0,2%

Cenário macroeconómico – com Plano de Recuperação Europeu

Este cenário tem subjacente a implementação de políticas públicas que visam mitigar o efeito negativo da situação pandémica, mas também iniciar o processo de recuperação, criando as condições para uma economia mais resiliente. Para este desígnio, o Plano de Recuperação e Resiliência assume um papel crucial, ao canalizar o investimento para as áreas que permitem a transformação estrutural da economia, em particular em matéria de transformação ecológica e ambiental, tornando a economia mais resiliente a choques, e produzindo um impacto direto muito relevante no processo de recuperação da crise.

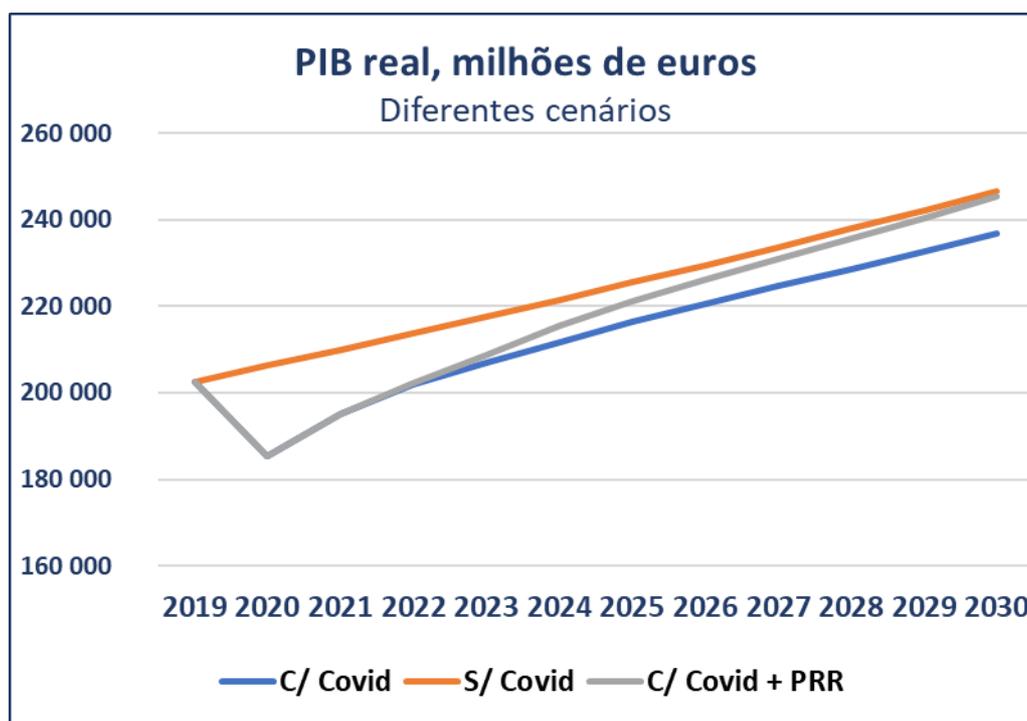
As medidas de apoio ao investimento, público e privado, assumem um papel crucial na recuperação da economia, permitindo a realização de investimento e a manutenção e criação de emprego, potenciando um crescimento económico que, sem essas medidas, seria inferior em 0,4 p.p. já em 2021. O efeito virtuoso do PRR é visível nas taxas de crescimento anuais ao longo de todo o exercício de projeção. Traduz-se também em importantes ganhos ao nível da taxa de

desemprego, que, sem o impulso das medidas constantes do PRR, não regressaria, no horizonte de projeção, aos valores pré-pandemia. Finalmente, potencia ainda um melhor desempenho orçamental, com uma redução dos défices previstos para o período considerado.

	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
PIB real (VH, %)	2,2%	-8,5%	5,0%	3,4%	2,5%	2,3%	2,2%	2,0%
Inflação (HICP, VH, %)	0,3%	-0,1%	0,7%	1,1%	1,2%	1,6%	1,6%	1,6%
Taxa de desemprego (% pop ativa)	6,5%	8,7%	8,2%	7,8%	7,6%	7,4%	7,2%	7,2%
Saldo Orçamental (%PIB)	0,1%	-7,3%	-4,3%	-2,8%	-2,4%	-2,0%	-1,6%	-1,2%

Cenário macroeconómico – sem Plano de Recuperação Europeu

O carácter transformador das medidas a apoiar no âmbito do PRR evidenciam que, na sua ausência, o crescimento do PIB no período 2021-26 seria, em média, 0,5 p.p. inferior ao que se espera alcançar com a concretização do Plano, permitindo que em 2030 a economia portuguesa tenha recuperado inteiramente do choque provocado pela pandemia, atingindo um PIB idêntico ao que alcançaria num cenário de inexistência desse choque.



Evolução do valor nominal do PIB nos diferentes cenários

Espera-se ainda um impacto estrutural do PRR na economia portuguesa (expansão da curva da oferta) de 0,25 p.p. em relação ao PIB num contexto sem pandemia. Resulta assim que o crescimento do PIB potencial da economia passa de 1,8% para 2,1% no período pós-Plano de Recuperação e Resiliência.

Nota metodológica

Previsões macroeconómicas

As previsões macroeconómicas acima apresentadas, sem o impacto do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), têm em linha de conta as estimativas do Orçamento do Estado para o período 2020-2022, e assumem que Portugal regressa, no longo prazo (2020-2030), ao seu crescimento potencial (1,8%). Neste cenário, há uma perda estrutural causada pela crise pandémica, com o PIB português a ficar, em 2030, ainda 4% abaixo do PIB num cenário sem crise pandémica e a taxa de desemprego a situar-se em 7,2% em 2026, acima da taxa apresentada em 2019.

Cálculo do impacto do Plano de Recuperação e Resiliência

O impacto do PRR foi calculado de acordo com os valores conhecidos para a execução anual do PRR português para o período 2021-2026 e utilizando um multiplicador orçamental de acordo com a literatura mais recente. Existe uma vasta bibliografia sobre multiplicadores, particularmente desde a crise financeira de 2008/9 (e.g. FMI, BCE, Comissão Europeia). A maioria indica que os multiplicadores devem andar entre 0,8 e 2,3, dependendo do ciclo económico, do tipo de despesa e do projeto de investimento em particular. Neste caso, apresentamos um multiplicador orçamental de 0,9 em 2021, subindo para 1,1 em 2022 e 1,5 no período 2023-2026. Uma evolução em linha com a pouca literatura existente em relação ao PRR¹.

A evolução da taxa de desemprego e do saldo orçamental teve em conta a relação histórica destas variáveis com o crescimento do PIB, nomeadamente através da verificação da *Lei de Okun*.

¹ Ver Lorenzo Codogno, “NG-EU: How much stimulus to EU/Eurozone GDP?”, European Economics, 29 setembro 2020.

4.2 Dimensão climática, ambiental e digital

Os investimentos previstos no Plano de Recuperação e Resiliência foram avaliados na perspetiva da sua contribuição para o cumprimento dos alinhamentos climático e ambiental, aplicando a tabela constante do Anexo I do Regulamento das Disposições Comuns.

Para o cálculo, foram considerados os seguintes pressupostos:

- 36% da despesa em habitação corresponde a renovação do parque habitacional existente visando a eficiência energética, correspondendo o restante a nova construção;
- 22% das intervenções em equipamentos / respostas sociais correspondem a intervenções que visam a eficiência energética;
- 13% das intervenções na Modernização do ensino e formação profissional contribuem para a eficiência energética, por corresponderem a obras de renovação que incorporam a eficiência energética;
- 55% das agendas mobilizadoras da reindustrialização contribuem para o objetivo climático, por endereçarem tipologias de atividades elegíveis;
- 50% da missão Interface contribuem para o objetivo climático, por endereçarem tipologias de atividades elegíveis.

Similarmente, foi contabilizada a contribuição dos investimentos para o cumprimento do alinhamento digital, utilizando a tabela constante do Anexo III do Regulamento do MRR.

Os resultados obtidos foram os seguintes:

	Componente	Dimensão Climática M€	Dimensão Ambiental M€	Dimensão Digital M€
C1	Serviço Nacional de Saúde	-	-	-
C2	Habitação	588	235	-
C3	Respostas Sociais	118	47	-
C4	Operações em Comunidades Desfavorecidas	-	-	-
C5	Investimento e Inovação	620	272	818
C6	Qualificações e Competências	92	37	532
C7	Infraestruturas	30	12	-
C8	Florestas	569	569	96
C9	Gestão Hídrica	331	407	-
C10	Mobilidade Sustentável	1 032	413	35
C11	Descarbonização da Indústria	629	286	-
C12	Bioeconomia	123	60	-
C13	Eficiência Energética em Edifícios	620	248	-
C14	Hidrogénio e Renováveis	371	148	-
C15	Escola Digital	-	-	538
C16	Empresas 4.0	-	-	650
C17	Administração Pública Digital	37	37	1 572
Total		5 160	2 771	4 242
		37%	20%	30%



ANEXO 1

QUADRO DE INVESTIMENTOS POR COMPONENTE

QUADRO DE INVESTIMENTOS POR COMPONENTE

Cod-Bloco	RE	Resiliência	8 198
Vulnerabilidades Sociais			3 504
Cod- Componente	C1	Serviço Nacional de Saúde	1 038
Cod-Inv	RE-VS-C1-i1	Cuidados de Saúde Primários com mais respostas	463
	RE-VS-C1-i2	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos	205
	RE-VS-C1-i3	Conclusão da Reforma da Saúde Mental (incluído na rede hospitalar)	85
	RE-VS-C1-i4	Equipamento Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa	196
	RE-VS-C1-i5 - RAM	Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM	89
Cod- Componente	C2	Habitação	1 633
Cod-Inv	RE-VS-C2-i1	Reestruturar o parque de habitação social	1 251
	RE-VS-C2-i2	Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário (inc. Autónoma e Mais Habitação)	186
	RE-VS-C2-i3 - RAM	Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira	136
	RE-VS-C2-i4 - RAA	Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da RAA	60
Cod- Componente	C3	Respostas Sociais	583
Cod-Inv	RE-VS-C3-i1	Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais para o Envelhecimento e a Infância	420
	RE-VS-C3-i2	Acessibilidades 360º	45
	RE-VS-C3-i3	Fortalecimento das Respostas Sociais na RAM	83
	RE-VS-C3-i4 - RAA	Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social	35
Cod- Componente	C4	Operações em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250
Cod-Inv	RE-VS-C4-i1	Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas	250
Potencial Produtivo e Emprego			2 755
Cod- Componente	C5	Investimento e Inovação	1 386
Cod-Inv	RE-PP-C5-i1	Agendas mobilizadoras de reindustrialização	930
	RE-PP-C5-i2	Missão Interface - renovação da rede de suporte científico e tecnológico e orientação para tecido produtivo	186
	RE-PP-C5-i3	Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria	93
	RE-PP-C5-i4 - RAA	Desenvolvimento do "Cluster do Mar dos Açores"	32
	RE-PP-C5-i5 - RAA	Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores	115
	RE-PP-C5-i6 - RAA	Relançamento Económico da Agricultura Açoriana	30
Cod- Componente	C6	Qualificações e Competências	1 369

Cod-Inv	RE-PP-C6-i1	Modernização do ensino e formação profissional	710
	RE-PP-C6-i2	Qualificação e competências para a inovação e renovação industrial	360
	RE-PP-C6-i3	Impulso Jovem STEAM	140
	RE-PP-C6-i4	Impulso Adultos	120
	RE-PP-C6-i5 - RAA	Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida	29
	RE-PP-C6-i6 - RAA	Capacitação Empresarial	10
Competitividade e Coesão Territorial			1 939
Cod- Componente	C7	Infraestruturas	833
Cod-Inv	RE-CCT-C7-i1	Rede ALE interior	300
	RE-CCT-C7-i2	Missing links	254
	RE-CCT-C7-i3	Ligações transfronteiriças	110
	RE-CCT-C7-i4	Aumento capacidade rede viária estruturante	109
	RE-CCT-C7-i5 - RAA	Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores	60
Cod- Componente	C8	Florestas	665
Cod-Inv	RE-CCT-C8-i1	Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis	270
	RE-CCT-C8-i2	Faixas gestão combustível - rede primária	166
	RE-CCT-C8-i3	Meios de combate a incêndios rurais	93
	RE-CCT-C8-i4	Cadastro do território	96
	RE-CCT-C8-i5	Programa MAIs Floresta	40
Cod- Componente	C9	Gestão Hídrica	441
Cod-Inv	RE-CCT-C9-i1	Plano eficiência hídrica do Algarve	200
	RE-CCT-C9-i2	Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato (Barragem do Pisão)	171
	RE-CCT-C9-i3 - RAM	Aumento do armazenamento de água numa lógica de Fins Múltiplos	70
Cod-Bloco	TC	Transição Climática	2 888
Mobilidade Sustentável			1 032
Cod- Componente	C10	Mobilidade Sustentável	1 032
Cod-Inv	TC-MS-C10-i1	Expansão da Rede de Metro de Lisboa - Linha Vermelha até Alcantara	304
	TC-MS-C10-i2	Expansão da Rede de Metro do Porto - Casa da Música - Devesas	299
	TC-MS-C10-i3	Metro Ligeiro de Superfície Odivelas-Loures	250
	TC-MS-C10-i4	Linha BRT do Campo Alegre	83
	TC-MS-C10-i5	Descarbonização dos Transportes Públicos	96
Descarbonização e Bioeconomia			865
Cod- Componente	C11	Descarbonização da Indústria	715

Cod-Inv	TC-DB-C11-i1	Descarbonização da indústria	715
Cod- Componente	C12	Bioeconomia	150
Cod-Inv	TC-DB-C12-i1	Bioeconomia	150
Eficiência Energética e Renováveis			991
Cod- Componente	C13	Eficiência Energética em Edifícios	620
Cod-Inv	TC-EER-C13-i1	Eficiência energética em edifícios	620
Cod- Componente	C14	Hidrogénio e Renováveis	371
Cod-Inv	TC-EER-C14-i1	Hidrogénio e gases renováveis	186
	TC-EER-C14-i2 - RAM	Potenciação da eletricidade renovável no Arquipélago da Madeira	69
	TC-EER-C14-i3 - RAA	Transição Energética nos Açores	116
Cod-Bloco	TD	Transição Digital	2 858
Escola Digital			538
Cod- Componente	C15	Escola Digital	538
Cod-Inv	TD-ED-C15-i1	Transição digital na Educação	500
	TD-ED-C15-i2 - RAA	Educação digital (Açores)	38
Empresas 4.0			650
Cod- Componente	C16	Empresas 4.0	650
Cod-Inv	TD-E4.0-C16-i1	Transição Digital (Empresas)	650
Administração Pública Digital			1 670
Cod- Componente	C17	Administração Pública Digital	1 670
Cod-Inv	TD-AP-C17-i1	Portal digital dos serviços públicos e consulares	275
	TD-AP-C17-i2	Cibersegurança, Ringov e data science	64
	TD-AP-C17-i3	Redes de emergência: Siresp e 112	70
	TD-AP-C17-i4	Programa nacional de capacitação e qualificação da Administração Pública	98
	TD-AP-C17-i5	Modernização e simplificação da gestão financeira e patrimonial pública	206
	TD-AP-C17-i6	Transição digital na Justiça	288
	TD-AP-C17-i7	Transição digital na Segurança Social	200
	TD-AP-C17-i8	Transição digital na Saúde	300

TD-AP-C17-i9 - RAM	Transição Digital da Administração Pública da RAM	114
TD-AP-C17-i10 - RAA	Hospital Digital	30
TD-AP-C17-i11 - RAA	Modernização e Digitalização da Administração Pública Regional (Açores)	25
TOTAL		13 944



ANEXO 2

DESCRIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

EM CONSTRUÇÃO

